

PMDB

UM PROGRAMA PARA O BRASIL

Tem muito Brasil pela Frente



“O PMDB é o partido da democracia. Ontem como hoje, cultiva a semente da participação popular no processo político. Sabe, por isso mesmo, que a sociedade brasileira apresenta muitas facetas. Torná-las convergentes em torno de objetivos comuns tem sido seu esforço ao longo da história. Daí este programa para o país, que visa alcançar todas as classes sociais. Com moderação, equilíbrio, respeito e atenção às instituições constitucionalmente fixadas. É sua contribuição ao Brasil”.

Michel Temer, presidente nacional do PMDB

SÍNTESE DAS IDEIAS

O Brasil, hoje, tem presença garantida no concerto das Grandes Nações. Passou a ser protagonista importante no cenário internacional. O PMDB se orgulha de ter contribuído para os avanços realizados pelo país neste último quarto de século. Porém, o objetivo maior do PMDB ainda não foi atingido.

O país precisa dar um grande salto à frente, que lhe permita atingir crescimento sustentável e, principalmente, diminuir a extrema desigualdade ainda existente entre as classes sociais. Só assim, o PMDB considerará fechado o ciclo que iniciou, desde a Redemocratização, que liderou.

Graves questões ainda não foram resolvidas e a urgência em relação a elas requer uma atitude positiva em relação ao futuro. Não basta um olhar de satisfação para as conquistas do passado. Urge, sobretudo, propor ações na direção do amanhã.

O PMDB cumpre, nesta quadra, o dever cívico de apresentar seu Programa para os avanços do Brasil. Afinal, há muito Brasil pela frente.

O PMDB convida os leitores a conhecer seu Ideário a partir de propostas concretas descritas e contextualizadas ao correr do presente Documento.

1 - POLÍTICA MACROECONÔMICA

- ▶ Implantar um novo modelo de Desenvolvimento Nacional, voltado para o crescimento de longo prazo e fundamentado em duas pilas: Poupança e Investimento.
- ▶ Assegurar a defesa da manutenção da política de metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e, sobretudo, do compromisso com a responsabilidade e o realismo fiscais.

- ▶ Dar pleno apoio à autonomia real para o Banco Central, sem formalização em lei, tal como ocorre hoje.

2 - EDUCAÇÃO

- ▶ Criar uma caderneta de poupança em nome de cada criança beneficiária do Bolsa-Família, a ser resgatada pela mãe somente ao término do ensino fundamental.
- ▶ Universalizar o turno de seis horas nas escolas públicas, principalmente no nível de ensino fundamental.
- ▶ Iniciar o debate para desburocratizar o acesso à carreira de professor do ensino fundamental e do médio, permitindo que pessoas com nível de qualificação de mestrado e doutorado, que já podem lecionar nos cursos universitários, possam também fazê-lo nos níveis mais baixos de ensino.
- ▶ Estender o sistema do ProUni aos níveis fundamental e médio de ensino.
- ▶ Fazer, a partir da transformação do ensino médio, uma revolução de qualidade do ensino público em todos os níveis. Adotar um ensino capacitador, com foco no básico - análise verbal (português) e análise numérica (matemática).
- ▶ Organizar, por meio de colaboração entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, carreira nacional de professor e programas de qualificação periódica do professorado.

- ▶ Instalar escolas federais de referência em todo o país, a começar pelas áreas mais pobres, a pré-escola, com atendimento médico e dentário e complementação alimentar.
- ▶ Propiciar estímulos e orientações distintas nas universidades federais, tanto no nível de graduação como no nível de pós-graduação.
- ▶ Instituir um programa de bolsas federais, também para o nível de graduação, distribuídas por merecimento, para facilitar o ingresso em universidades localizadas em cidades diferentes da origem do estudante.
- ▶ Priorizar a inclusão digital como complemento indispensável às iniciativas prioritárias na área de educação. Nação alguma pode hoje se dar ao luxo de ignorar as tecnologias, sob pena de abrir um imenso fosso educacional, cultural, tecnológico e econômico.

3 - POUPANÇA - Financiamento do Crescimento Sustentável

- ▶ Preparar o país para aumentar a poupança pública, a partir da definição de uma agenda de ajustes no sistema previdenciário e assistencial, de modo a garantir sua sustentabilidade de longo prazo.
- ▶ Estabelecer um limite para o crescimento do gasto público corrente de, no máximo, dois pontos percentuais abaixo do crescimento do PIB.
- ▶ Debater o aumento da remuneração do FGTS para um nível similar ao da caderneta de poupança.

- ▶ Eliminar distorções no Ensino Superior como forma de inverter as desigualdades na área. O governo brasileiro gasta quase sete vezes mais por aluno do ensino superior do que por aluno do ensino fundamental. A consequência é que, em média, a qualidade das escolas públicas de ensino fundamental é menor do que a das escolas privadas, o oposto ocorrendo no ensino superior. O resultado é que os estudantes de famílias mais pobres não têm acesso às universidades públicas, que são gratuitas, aumentando a desigualdade de oportunidades no país.

Aumento da Poupança Privada

- ▶ Promover uma reforma tributária que possibilite desonerar o contribuinte, incentivando o empreendedorismo.
- ▶ Fomentar uma Política Industrial que privilegie as pequenas e médias empresas, base que gera a maior parte do produto e a maioria dos empregos.
- ▶ Discutir modelo para reformulação gradativa do ICMS, da origem para o destino, criando alíquota única a ser negociada entre os Estados e compensando sempre eventuais perdas resultantes da Lei Kandir.
- ▶ Implantar a nota fiscal eletrônica em todo o país, contribuindo para a maior transparência do processo de arrecadação do ICMS.

4 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

- ▶ Debater a diferença entre o salário mínimo e o piso assistencial, garantindo a este último reajuste anual pela inflação. O objetivo é aumentar a formalização da economia.

- ▶ O PMDB reafirma seu compromisso com a preservação plena das condições de aposentadoria para os que se encontram no mercado de trabalho e das condições de remuneração de todos aqueles que já recebem benefícios. Qualquer reforma haverá de ser aplicada aos entrantes no mercado de trabalho, a partir dela.
- ▶ Debater a unificação da aposentadoria dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado, para os novos entrantes na força de trabalho.

5 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA

- ▶ Propugnar pela criação de legislação que discipline as práticas operacionais predatórias no setor de transportes rodoviários, dando ênfase ao papel das agências reguladoras na continuidade do programa de concessões de rodovias; e fazer ajustes para aperfeiçoar o modelo de concessão e os mecanismos regulatórios.
- ▶ Fazer avançar a regulamentação da integração da malha ferroviária, de forma a aumentar a participação deste modal no escoamento das principais *commodities* para exportação, visando maior competitividade da produção nacional.
- ▶ Aperfeiçoar a regulamentação que prevê o uso múltiplo das hidrovias, de forma a aproveitar as grandes oportunidades de crescimento do transporte aquaviário, especialmente na conexão do corredor de exportação de *commodities* entre o Centro-Oeste e o Norte do país.

- ▶ Agilizar os procedimentos aduaneiros e o investimento na infraestrutura dos aeroportos.
- ▶ Aperfeiçoar a infraestrutura portuária, por meio de investimentos públicos integrados ao conjunto dos diversos modais de transportes, visando criar vantagens ao comércio exterior do país e ampliando as alternativas de transporte da produção destinada ao mercado interno.

6 - HABITAÇÃO

- ▶ Assegurar a toda família brasileira oportunidade real de adquirir casa própria.
- ▶ Este comprometimento deve partir do programa “Minha Casa, Minha Vida”, ampliando-o e o adaptando às necessidades dos mais carentes e da pequena classe média. Para isso, deve diminuir o peso relativo do subsídio público direto e aumentar o papel do mercado hipotecário, sob monitoramento da Caixa Econômica Federal.
- ▶ Converter favelas em bairros, com a premissa da regularização da posse e a dotação da infraestrutura necessária para dar aos seus moradores as dignas condições de habitabilidade, segurança, transporte, educação e lazer.
- ▶ Coordenar de forma sistemática as ações públicas com o intuito de transformar as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, de

forma a criar novas localidades urbanas integradas às suas diversidades urbanas.

7 - SANEAMENTO

- ▶ Criar/consolidar as agências reguladoras independentes regionais na área de saneamento, de forma a viabilizar a modernização das concessionárias públicas deste segmento, incorporando orçamentos realistas e gestores competentes, de forma a aumentar a capacidade de atuação delas.
- ▶ Modernizar as concessionárias públicas, incorporando orçamentos realistas e gestores competentes, de forma a aumentar sua capacidade de atuação.
- ▶ Incentivar a aplicação de investimentos do setor privado na área do saneamento.
- ▶ Esta proposta de modernização reserva ao Ministério das Cidades um papel preponderante: o de atuar de forma sistemática para coordenar ações com o objetivo de ampliar o acesso da população aos benefícios do saneamento.

8 - SAÚDE

- ▶ Eliminar a injustiça que existe na área da saúde no Brasil - verdadeiro "apartheid" social que divide o país em dois mundos: o dos usuários do SUS, 80% da população, e o dos planos privados, 20%. Para isto, será preciso ampliar a parcela da receita pública, baseada nos impostos gerais, direcionada para o SUS.

- ▶ Criar programa para combate ao uso do *crack* e de apoio para recuperação do dependente, com assistência ao núcleo familiar.

9 - ENERGIA LIMPA

- ▶ O futuro da matriz energética está na utilização da energia solar e eólica: em longo prazo, sua mobilização direta e, em médio prazo, sua mobilização indireta por meio da biomassa - setor em que o Brasil dispõe de vantagens incomparáveis.
- ▶ Usar a força do Estado para fazer cumprir, na base, as leis de defesa do meio ambiente.

10 - TECNOLOGIA E SETORES ESTRATÉGICOS

- ▶ Consolidar tecnologias avançadas como condição, ao lado do financiamento interno forte, da estratégia desenvolvimentista. Entre tais tecnologias avançadas figuram, a nuclear, a cibernética e a espacial. Nesses três setores, deve o Brasil buscar independência e avanço.

11 - MINERAÇÃO

- ▶ Mudar as regras de mineração no Brasil para transformá-la em instrumento dos objetivos de desenvolvimento, inclusão e capacitação, que orientam esta proposta nacional. As modificações deverão rever o regime de concessões, bem como o de royalties.

12 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUDENTE

- ▶ Disseminar no Brasil o conceito da defesa da natureza, tornando a preservação ambiental parte integrante do projeto nacional brasileiro. O que se pretende é a institucionalização do princípio de que a sustentabilidade necessariamente deve vir acompanhada de uma política de desenvolvimento, inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais.

13 - POLÍTICA INDUSTRIAL: PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

- ▶ Discutir a reorientação da política industrial do Brasil para dar prioridade ao soerguimento das pequenas e médias empresas, onde se gera a maior parte do produto e onde está a vasta maioria dos empregos.
- ▶ Simplificar drasticamente as regras e as exigências, tributárias e regulatórias para a formalização dos pequenos empreendimentos, aprofundando o regime atual do SIMPLES, e criar mecanismo proporcionalmente análogo às médias empresas.
- ▶ Desonerar a folha de salários de todos os encargos, para poder resgatar da informalidade a quase metade da população economicamente ativa do país, que continua presa na economia informal. Os direitos legítimos devem ser financiados pelos impostos gerais.

14 - AGRICULTURA

- ▶ Superar o contraste entre a agricultura empresarial e a agricultura familiar.

- ▶ Promover a regularização fundiária visando a transformação da posse irregular em plena propriedade.
- ▶ Agregar valor ao campo por meio da industrialização dos produtos agropecuários. Não deve haver contraste entre cidade cheia e campo vazio. A vida rural há de ser variada e vibrante.
- ▶ Promover extenso programa nacional de recuperação de pastagens degradadas, que ocupam, hoje, grande parcela do território. Tal recuperação significa a possibilidade de dobrar a área cultivada, triplicando, em poucos anos, o produto agrícola sem desmatamento. Já há tecnologia desenvolvida e seu custo é viável. Trata-se de aplicar fundos constitucionais e, principalmente, implantar mudanças regulatórias e tributárias com dois objetivos: punir a degradação ambiental e estimular a recuperação de pastagens.
- ▶ Formar, em todo o país, e não apenas no sul, uma classe média rural forte, como vanguarda de uma massa de trabalhadores pobres que também avançará.
- ▶ Aplicar a Lei nos casos de invasões de propriedades rurais comprovadamente produtivas. Sem lei não há ordem.

15 - SEGURANÇA PÚBLICA

- ▶ Institucionalizar o papel da Polícia Federal na liderança do combate ao crime organizado, aparelhando-a com equipamentos, recursos humanos e instrumentos de tecnologia científica correspondente. Desta forma, e

atuando em conjunto com as polícias estaduais, será possível dinamizar o combate efetivo a este tipo de criminalidade, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas, de armas e da atual vulnerabilidade de nossas fronteiras.

- ▶ Já no combate ao crime episódico, embora violento, o papel do governo federal também ganha relevância, porém indireta. Aqui o protagonismo principal passa a ser das polícias estaduais. E a questão básica é o fortalecimento dessas organizações policiais e sua mobilização junto às comunidades locais organizadas.
- ▶ Incentivar a instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs).
- ▶ Munir o aparato da Segurança Pública com instrumentos de uma polícia científica e tecnologicamente equipada, capaz de atuar com grande mobilidade em todo o país e formada, doutrinariamente, numa Academia Nacional de Polícia.

16 - MERCADO DE TRABALHO

- ▶ O Brasil precisa adequar sua legislação para incorporar na economia formal o grande contingente de brasileiros que trabalha na economia informal.
- ▶ A tarefa inclui construir, ao lado da CLT, um segundo estatuto jurídico para proteger, organizar e representar a parte crescente dos trabalhadores na economia, de forma a impedir que empresas inidôneas precarizem a atividade laboral de trabalhadores.

17 - DEFESA DAS MINORIAS E DAS MULHERES

- ▶ O país precisa aprofundar o combate à injustiça histórica praticada no Brasil contra as minorias e contra as mulheres. Não se constrói modelo de desenvolvimento, baseado em democratização de oportunidades e de capacitações, sem superar estas discriminações.

18 - ESTATAIS

- ▶ Contribuir para que as empresas estatais atuem com alto grau de governança, com quadros de profissionais especializados e qualificados. O princípio é elevá-las para um desempenho eficiente e eficaz, possibilitando inclusão de tecnologias e inovações para torná-las paradigmas a serem alcançados nas cadeias produtivas. Além disso, o aperfeiçoamento das estatais deve propiciar os melhores produtos e serviços aos cidadãos, estendendo seus benefícios para a sociedade brasileira com um todo.

19 - POLÍTICA REGIONAL

- ▶ O PMDB considera que há três regiões que carecem de ações especiais: o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste. Políticas regionais precisam ser desenvolvidas junto às regiões e microrregiões do Brasil, inclusive do Sul/Sudeste, com foco em sua identidade e em seus potenciais e visando aproveitar melhor conhecimentos e oportunidades para transformá-los em polos de vanguarda produtiva. O Partido propõe para essas regiões um conjunto de iniciativas capazes de reduzir as discrepâncias de desenvolvimento entre as diversas regiões do país.

20 - REFORMA DO ESTADO

- ▶ Construir as bases para uma reforma na qual o Estado fortaleça seu papel de indutor e promotor do desenvolvimento, intervindo apenas nos espaços onde a iniciativa privada não seja capaz de estender as suas ações. Mas deve ele manter funções complementadoras e reguladoras da atividade econômica.

21 - REFORMA POLÍTICA

- ▶ Promover avanço decisivo na institucionalização da cultura republicana. Uma preocupação prevalece sobre todas as outras: o financiamento deve ser público. Só desta maneira será possível aperfeiçoar a democracia brasileira. Trata-se de uma tarefa que começa com o financiamento público das campanhas eleitorais e passa por limitações ao financiamento privado.

22 - DEFESA NACIONAL

- ▶ Persistir na Estratégia Nacional de Defesa é uma diretriz para um país como o Brasil, cuja tradição pacífica é indiscutível. Isto não o exime, porém, da responsabilidade de manter um sistema de defesa moderno, condição para assegurar papel de protagonista entre as nações.

ÍNDICE

Síntese ideias	das	pág. 03	
Introdução		pág. 17	
.....			
O PMDB BRASIL	E O	pág. 17	
Um Novo Modelo: Investimento	Poupança	e	pág. 18
1. A Macroeconômica	Política		pág. 21
2. Educação: qualidade	melhorar	a	pág. 23
2.1. Mudar a maneira de ensinar	aprender	e	pág. 25
2.2. Qualidade é o conceito básico: turno de 6 horas	turno de 6	pág. 26	
2.3. Extensão ProUni	do	pág. 28	
2.4. Inclusão digital		pág. 30	
3. Poupança - Financiamento Sustentável	do	Crescimento	pág. 31
3.1. Como aumentar a pública?	a	poupança	pág. 32
3.1.1. Reforma da Social	da	Previdência	pág. 32
Premissas para o debate	para	o	pág. 33
3.1.2. Limite para crescimento do gasto público corrente: máximo de 2 pontos percentuais abaixo do crescimento do PIB..			pág. 35
3.1.3. Aumentar a remuneração do FGTS.....	do		pág. 36
3.1.4. Distorções no Ensino Superior: inverter a desigualdade ...	Superior:	inverter a	pág. 38
3.2. Como aumentar a privada?	a	poupança	pág. 39

3.2.1. tributária	Reforma	pág. 40
3.2.2. Logística	Transportes e	pág. 41
3.2.3. Habitação		pág. 46
3.2.4. Saneamento		pág. 48
3.2.5. Saúde: a superação das diferenças		pág. 50
4. limpa	Energia	pág. 52
5. estratégicos	Tecnologia e setores	pág. 53
6. Mineração		pág. 54
7. includente	Desenvolvimento sustentável e	pág. 55
8. empresas	Política Industrial: pequenas e médias	pág. 56
9. Agricultura		pág. 57
10. Pública	Segurança	pág. 60
11. Trabalho	Mercado de	pág. 61
12. mulheres	Políticas para as minorias e para as	pág. 62
13. Estatais		pág. 63
14. regional	Política	pág. 65

15.	A	Reforma	do	pág. 72
Estado				
16.	A	Reforma	da	pág. 73
Política				
17.	A		Defesa	pág. 74
Nacional				

INTRODUÇÃO

O PMDB e o Brasil

No último quarto de século, o Brasil viveu um dos períodos mais férteis da sua história. A valorização da democracia, a construção de instituições fortes, os ganhos de produtividade decorrentes das privatizações e das reformas, os largos programas sociais, com efeito na distribuição de renda, e a consolidação da estabilidade econômica, levaram o país a almejar um merecido lugar de destaque no mundo globalizado. Um êxito indiscutível foi a vitória contra a inflação, cujos efeitos sobre as classes sociais mais pobres são impiedosos, constituindo-se na mais perversa forma de tributação.

Efetivamente, as altíssimas taxas de inflação que tivemos no passado foram em grande parte responsáveis pelos elevados níveis de concentração da renda e de pobreza e pelas baixas taxas de poupança e investimento do período, fatores estes que, em conjunto com a elevada dívida externa, determinaram as baixas taxas de crescimento da economia pelo menos até os últimos anos do século XX.

O PMDB, o maior partido do Brasil, principal construtor da democracia que se plasmou nos anos da resistência democrática, foi ativo partícipe deste ciclo de desenvolvimento. Como iniciador das reformas, ao criar a Secretaria do Tesouro Nacional e acabar com a conta movimento do Banco do Brasil, precondições para a estabilidade, o PMDB apoiou a abertura da economia ao comércio internacional, apoiou o controle rígido da inflação, constituindo-se no fiel da balança e, assim, tornando possível a implementação dos avanços necessários para a estabilidade, a redistribuição de renda e o crescimento de longo prazo.

O partido sempre se fez presente com suas ideias e diretrizes. Basta lembrar que, nas eleições de 2002, lançou um programa amplo com propostas como a unificação dos programas sociais, reformas no mercado

de crédito, da lei de falências, da legislação de seguros e outros, que foram efetivamente implementados nos dois ciclos do governo Lula.

Nessa direção, contribuiu de forma decisiva para a dinâmica social no país, a partir de sensíveis mudanças nos parâmetros da pirâmide social, cujo principal resultado foi a inserção, nos últimos anos, de mais de 30 milhões de brasileiros à classe média, recém saídos das parcelas mais pobres da população, com aumento do acesso ao crédito e ao consumo de bens duráveis e não duráveis.

O Brasil mudou para melhor.

Os grandes progressos conseguidos pelo governo comandado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva criam, hoje, condições para que se vislumbre nova etapa na vida do Brasil. Está na hora de avançar. E avançar significa começar a pensar em como resolver os gargalos de nossa economia, que têm dificultado um crescimento a taxas elevadas e sustentáveis.

Um Novo Modelo: Poupança e Investimento

O PMDB propõe um modelo de Desenvolvimento Nacional.

Modelo voltado para crescimento de longo prazo, que se assenta em duas pilas: Poupança e Investimento.

Vale lembrar que alguns países conseguiram crescer confiando na poupança externa. Trata-se, porém, de exemplos raros. A história do Brasil mostra que, ao tentarmos financiar nosso crescimento via importação de poupança, o resultado apontava para crises cambiais. Portanto, para o Brasil efetivamente crescer sem correr este risco, necessita expandir sua taxa de poupança. O Brasil poupa pouco. Nesse contexto, urge discriminar dois tipos de poupança que são igualmente fundamentais para o crescimento de longo prazo da economia.

Há dois tipos de recursos, nas economias modernas, que podem ser

utilizados para aumentar o consumo presente ou poupados e investidos para financiar o crescimento da produtividade e, conseqüentemente, da renda futura da população: tempo e recursos financeiros.

Tempo - Trata-se de potencializar o uso do tempo, principalmente no que diz respeito às crianças e aos jovens. Mais tempo dedicado ao estudo - esta é a premissa - redundará em transferir renda do presente para o futuro. Eis aí a exata definição de investimento.

Tal escolha se apresenta particularmente difícil e cara para as crianças de famílias pobres. Estudos mostram que uma criança de uma família pobre pode contribuir com até 30% da renda per capita familiar. Portanto, para estas famílias, é extremamente custoso abrir mão da renda no presente para dedicar o tempo de suas crianças a aumentar a renda futura.

Existe tempo para trabalhar e tempo para estudar. A ideia de dedicar uma parte importante do tempo de nossas crianças e jovens ao estudo tem como meta o aumento de sua produtividade, e, portanto, de suas rendas futuras. Em outras palavras, estudar é uma Poupança que se faz sob a forma de tempo, e este, por sua vez, é transformado em investimento em educação que aumenta a renda quando se entra no mercado de trabalho.

Em média, sob esse parâmetro, a população brasileira poupa pouco. O nível educacional médio da população brasileira é relativamente baixo, mesmo quando comparado a países de renda per capita similar à nossa. Apenas 60% das crianças e 45% dos jovens brasileiros completam o ensino fundamental e médio, respectivamente.

A questão é particularmente relevante porque a renda depende da produtividade e a produtividade das pessoas depende basicamente de três fatores: habilidades inatas, oportunidades de desenvolvimento pessoal e escolhas individuais.

Destes três fatores, o Estado está particularmente apto a aumentar as oportunidades de desenvolvimento pessoal, por meio da oferta de

serviços sociais, principalmente educação de boa qualidade. As habilidades inatas e as escolhas individuais dificilmente poderão ser enfrentadas de forma efetiva por programas estatais.

Quanto maior o nível educacional das pessoas, resultante do número de anos de estudos e da qualidade da educação recebida, maior tende a ser sua produtividade. Portanto, níveis educacionais mais elevados significam, em média, maiores níveis de renda. Desta forma, quanto mais igualitária a distribuição da qualidade da educação entre os diferentes grupos sociais, mais igualitária será a distribuição da produtividade e, portanto, menor a desigualdade de renda na sociedade. A meta finalista é a construção de um modelo de desenvolvimento calcado em democratização de oportunidades e de capacitações, entendendo que estas podem se transformar no motor do crescimento econômico.

Em outras palavras, para reduzir a desigualdade de renda e a pobreza de forma estrutural é fundamental diminuir a desigualdade na qualidade do sistema educacional.

Neste sentido, muito já foi realizado ao longo destes últimos 25 anos. A introdução do Bolsa-Família, na medida em que remunerou as famílias pobres para manterem seus filhos na escola, aumentou o incentivo para que estas famílias deixem-nos nas escolas em lugar de direcioná-las para o mercado de trabalho, onde poderiam contribuir para aumentar a renda per capita familiar e, portanto, o consumo presente.

Este foi um dos fatores importantes que permitiu a universalização do ensino fundamental no país. Daí a importância das condicionalidades. Porém, como o objetivo é reduzir a pobreza e a desigualdade, a principal “porta de saída” do programa Bolsa Família é aumentar a qualidade das escolas frequentadas pelos filhos das famílias pobres. Desta forma, será possível criar uma sociedade capaz de fazer com que os filhos das famílias pobres, que tenham habilidades similares aos filhos das famílias não pobres, possam ingressar em escolas de qualidade similar a estes últimos.

Reduzir a desigualdade de oportunidades deve ser o fio condutor das diretrizes que o PMDB apresenta neste Programa de governo para os próximos anos. O objetivo final deste processo é incentivar as famílias e os indivíduos, principalmente as crianças e os jovens, a dedicarem mais tempo ao investimento em si próprios, por meio do sistema educacional. Para tanto, será necessário que o ganho de renda no futuro, obtido ao destinar tempo ao processo educacional, seja claramente maior do que o ingresso mais cedo no mercado de trabalho. Condição indispensável: escola de boa qualidade para todas as crianças brasileiras.

Recursos financeiros - O segundo grande desafio para os próximos anos será eleva a taxa nacional de poupança em recursos financeiros. Essa meta se faz necessária para financiar os investimentos em capital físico que, em conjunto com o investimento em educação, são fundamentais para assegurar uma taxa de expansão da economia no longo prazo.

A taxa de poupança financeira no Brasil é bastante baixa, 16,7% do PIB em 2009. A maior parte deste esforço de poupança é realizada pelo setor privado. O setor público contribui negativamente com este esforço, pressionando excessivamente as taxas de juros devido à necessidade de financiamento de seus gastos correntes cada vez maiores.

O PMDB prega que o governo deveria se comprometer com a redução implacável das despesas correntes como proporção do PIB, de forma a abrir espaço fiscal para aumento do investimento público, principalmente nas áreas de saneamento e infraestrutura, e com uma redução da carga tributária, sem o que será difícil aspirar que o país cresça a uma taxa sustentada de 6% a.a. ou mais na próxima década.

Estas são as prioridades para os próximos anos. Sem atacar estas deficiências, dificilmente o Brasil conseguirá manter taxas de crescimento elevadas, com igualdade social, por longos períodos de tempo.

1. A Política Macroeconômica

O PMDB reafirma o apoio que tem dado, de maneira firme e consistente, à política monetária orientada por metas de inflação, ao regime de câmbio flutuante e, sobretudo, às regras de responsabilidade fiscal. Premissa de qualquer estratégia de desenvolvimento é barrar o retrocesso à experiência desmoralizadora da hiperinflação.

Ao mesmo tempo, entende o partido que a reafirmação de tais compromissos não deve servir de motivo para complacência. Há muito a fazer.

A vigilância antiinflacionária só será plenamente fecunda se vier acompanhada de esforço para diminuir substancialmente o custo do dinheiro no Brasil e, com isso, proporcionar melhores condições para o espírito empreendedor que se difunde no país.

No curto prazo, o PMDB sugere incrementar a concorrência no setor privado, sem atenuar a cautela reguladora. Os bancos públicos devem voltar suas carteiras de empréstimos em maior medida para as pequenas e médias empresas. E devem estimular as cooperativas de crédito, formadas por associações de pequenas e médias e fortalecidas por um Fundo Garantidor, a ser constituído pelo governo federal.

No médio prazo, o objetivo deve ser o de superar gradativamente a divisão do mercado de crédito no país em duas partes - uma parte, subsidiada, que beneficia em boa parte grandes empresas - e outra parte obrigada a enfrentar os rigores do mercado. Rigor e oportunidade devem ser aplicados a todos, em igual medida.

Há, no entanto, um ponto de preocupação: o risco de que o forte crescimento venha acompanhado de crescentes desequilíbrios nas contas externas, tornando o País refém da disposição das empresas e investidores externos de financiar nosso déficit em conta corrente e, no limite, ameaçando inviabilizar a própria continuidade do ciclo de crescimento. Tal cenário tende a ser mais provável em um contexto em que o consumo

doméstico cresça recorrentemente acima do crescimento do PIB e em que elevadas taxas de juros reais contribuam para a sobrevalorização do real.

O remédio para garantir que este cenário não ocorra – e, portanto, para assegurar a sustentabilidade do crescimento do Brasil – passa pelo aumento da taxa de poupança doméstica, que tem um duplo efeito. Por um lado, contribui para moderar o ritmo de crescimento do consumo e ampliar o financiamento doméstico dos investimentos. É importante deixar claro que não se propõe que o consumo cresça pouco, mas apenas que cresça no mesmo ritmo ou ligeiramente abaixo da taxa de expansão do PIB, contribuindo para maior sustentabilidade das contas externas.

Por outro lado, a elevação da taxa doméstica de poupança reduz a pressão sobre a política monetária como instrumento de moderação da demanda doméstica, contribuindo para a redução dos juros reais e, conseqüentemente, para menor sobrevalorização do real. A redução do custo do capital e o câmbio mais favorável beneficiam a competitividade das empresas brasileiras, completando o quadro favorável à sustentabilidade das contas externas e do ciclo de crescimento.

Há, hoje, um quase consenso entre os economistas de que cabe à gestão da política fiscal um papel central na elevação da poupança doméstica, por meio da moderação do ritmo de expansão das despesas correntes, da alocação crescente de recursos em investimentos em infraestrutura e de medidas de desoneração tributária que estimulem o investimento privado. Mas a agenda de elevação da poupança doméstica pode e deve ser mais ampla, contemplando também políticas voltadas à ampliação da poupança das famílias.

O PMDB tem consciência dos riscos e custos que o câmbio valorizado impõe ao país, sobretudo para as empresas com maior potencial para agregar valor. A diminuição do diferencial entre o juro no Brasil e o juro no mundo desenvolvido, inclusive por efeito da baixa criteriosa da taxa Selic, representa elemento importante na reversão da

valorização do Real, que ameaça nosso crescimento. Porém, isto tem de ser feito com cuidado, sem colocar em jogo a estabilidade econômica.

2. Educação: melhorar a qualidade

A pobreza que ainda afeta uma parte substancial das famílias brasileiras se origina e se reproduz devido à falta de acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal, sobretudo à educação de qualidade. Não existe saída estrutural da pobreza sem igualdade de oportunidades. Criado em 2003, o Bolsa-Família começou atendendo 3,6 milhões de famílias. Em 2009, o número de beneficiados havia quadruplicado, ao custo total de R\$ 12,4 bilhões. O programa contribuiu para a diminuição da pobreza no país e abriu horizontes para um enorme contingente de crianças que, sem ele, nunca poderiam ter a possibilidade de estudar. O controle desta condicionalidade - a frequência escolar - foi fundamental para o sucesso do programa.

Mas seus resultados podem ser potencializados. O acesso ao nível fundamental do sistema educacional já foi universalizado. Pesquisas recentes mostram que crianças de famílias que recebem o benefício da bolsa familiar têm uma probabilidade 18% maior de estarem matriculadas na escola do que crianças de famílias que não recebem o benefício. O principal problema agora é conseguir que crianças de famílias pobres que permaneçam na escola melhorem seu desempenho escolar e diminuam a taxa de repetência e evasão escolar, um dos mais sérios problemas do sistema educacional brasileiro.

Além de melhorar a qualidade do sistema, tema a ser tratado mais adiante, criar um incentivo para que a criança melhore seu desempenho e complete o ciclo escolar na idade adequada deverá ser extremamente importante.

Para se atingir este objetivo, nossa proposta é abrir uma caderna de poupança em nome de cada criança beneficiária do programa Bolsa

Família. Os recursos seriam depositados todos os anos que o aluno obtiver aprovação e somente poderão ser resgatados pela mãe do próprio aluno quando este completar o ensino fundamental. O objetivo é evitar que os pais se sintam tentados a utilizar parte do tempo das crianças no mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Ao contrário, para ter acesso aos recursos depositados em nome das crianças, as famílias passariam a incentivar que estas se dediquem mais aos estudos diminuindo a repetência e a evasão escolar. Se objetiva reduzir a repetência e o tempo necessário para que as crianças completem sua formação escolar, tal poupança teria também o efeito de diminuir os gastos públicos por aluno, no longo prazo, na medida em que diminuiria o tempo necessário para completar o ciclo escolar. Esta não é uma idéia nova. Por ser uma boa idéia, porém, o PMDB se dispõe a reapresentá-la em seu programa de governo.

Programas de transferência focalizados aumentam, indiscutivelmente, o bem-estar das famílias beneficiadas, no curto prazo. Mas o objetivo último da sociedade não deve ser o alívio da pobreza e, sim, sua erradicação.

2.1. Mudar a maneira de aprender e ensinar

—

Com 98% das crianças na escola, o Brasil atingiu um nível de acesso ao sistema escolar similar ao de países desenvolvidos. Entretanto, continua figurando entre os piores do mundo na qualidade de ensino. É fundamental, portanto, determinar os fatores que geram esta situação e atuar no sentido de resolver este grave problema da sociedade brasileira.

Em 2007, apenas 28% dos alunos da quarta série do ensino fundamental, 21% dos alunos que completaram este nível de ensino e 25% dos que completaram o ensino médio tiveram desempenho adequado para a sua série em língua portuguesa. E os resultados são ainda piores em matemática. Na verdade, ocorreu uma forte queda da qualidade média da

educação no Brasil a partir de 1995, provavelmente como um dos resultados perversos da universalização do ensino fundamental.

Se nada for feito, estaremos entregando ao mercado contingente cada vez maior de analfabetos funcionais, na contramão das necessidades de um país que precisa revolucionar a educação para se equiparar aos seus principais concorrentes internacionais.

É crucial, portanto, que ocorra uma mudança na maneira de aprender e de ensinar no Brasil. O enciclopedismo informativo superficial deve ser substituído por ensino analítico, qualificado e que dê ao cidadão a capacidade de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. A premissa para que isto ocorra é o foco no básico: análise verbal (português) e análise numérica (matemática). Este foco precisa se disseminar em todos os níveis do ensino.

2.2. Qualidade é o conceito básico: turno de 6 horas

Diversos estudos indicam que o problema da qualidade da educação no Brasil tem que ser tratado a partir de dois eixos fundamentais: tempo do aluno na escola e qualidade do professor. O aumento da carga horária escolar é especialmente importante para aquelas crianças que pertencem a famílias mais pobres, pois se sabe que o ambiente em que vivem não é estimulante do ponto de vista educacional.

Enquanto uma criança da classe média, em seu retorno da escola, tem possibilidades de acesso à informação – livros, jornais, revistas, televisão, computadores, cursos extraclasse – a realidade das crianças pobres é totalmente diferente. País algum conseguiu resolver o problema da igualdade das oportunidades educacionais entre ricos e pobres sem adotar um sistema educacional em tempo integral – seis horas diárias – nas escolas públicas.

Portanto, universalizar o turno de seis horas nas escolas públicas, principalmente no nível de ensino fundamental, deve ser um objetivo básico do próximo governo.

Outro aspecto que exige ações urgentes é a elevação da qualidade do professor. Esta é uma questão que esbarra em dois aspectos a serem superados. De um lado, não há como negar um corporativismo arraigado na sociedade brasileira; de outro, verifica-se numa lentidão típica dos empreendimentos públicos.

A única solução é implantar sistemas baseados na meritocracia, a exemplo de vários países do mundo que conseguiram com sucesso melhorar expressivamente a qualidade da sua educação. A ideia que inspira esse tratamento da questão é adotar mecanismos simples para premiar monetariamente, além de sua valorização perante a sociedade, os mais eficientes profissionais, distinguindo, com base em avaliações técnicas, as boas das más escolas e provendo incentivos financeiros e perspectivas melhores de carreira para professores e diretores que conseguirem os melhores resultados.

Pesquisas demonstram que a melhor forma de criar incentivos adequados para que as pessoas se dediquem ao trabalho e busquem melhorar seu rendimento profissional é premiar aqueles que têm bom desempenho e que estejam dispostos a assumir responsabilidades acadêmicas. Aumentar o salário de todos os profissionais, generalizadamente, é contraproducente.

Manter um salário básico decente é condição fundamental para atrair jovens talentos para o magistério. Mas distinguir os mais esforçados e mais capazes também é imprescindível. Sem isto, dificilmente conseguiremos melhorar o ensino público no Brasil.

Algumas escolas públicas e privadas do país já começaram a modernizar a gestão de suas redes de ensino, adotaram sistemas de remuneração por desempenho e, com isso, tiveram excelentes resultados em prazo relativamente curto. Ao mesmo tempo, já se percebem

manifestações, por parte das autoridades públicas federais, de que a meritocracia na educação valoriza e não desmerece seus profissionais.

A medida é importante, inclusive para atrair profissionais bem formados para a carreira de professor. Os dados mostram que apenas 2% dos estudantes de ensino médio em escolas públicas e particulares do país cogitam seguir a carreira de professor. Além disso, estes poucos se concentram justamente no grupo dos 30% de alunos com piores desempenhos escolares. Como fazer com que alunos brilhantes sejam atraídos pela atividade docente nos níveis mais básicos de ensino? Esta é uma questão prioritária a ser resolvida.

Um primeiro ponto importante seria abrir mais o acesso à carreira de professor do ensino fundamental e médio. Um doutor em matemática pode hoje ministrar aulas em cursos de graduação e de doutorado nas universidades, mas não pode fazê-lo nos níveis fundamental e médio, sem que tenha antes feito um curso de licenciatura. Este fato cria uma barreira e um desincentivo para que profissionais mais gabaritados se dediquem aos níveis básicos de ensino.

O que se propõe aqui não é eliminar os cursos de licenciatura. A convicção do PMDB é de que a educação brasileira terá ganho substancial se for permitida a docentes com nível de qualificação mais elevado – lecionando em cursos universitários – a possibilidade de também fazê-lo nos níveis fundamentais e médios de ensino.

Todavia, para que seja possível elevar tais oportunidades, o fundamental é que a desigualdade do sistema educacional seja reduzida por meio de um aumento generalizado da qualidade das escolas frequentadas por crianças de famílias pobres e não por um grupo reduzido. Neste sentido, é imprescindível que as mudanças propostas sejam feitas concomitantemente nas escolas de todos os municípios do país, a partir do primeiro ano escolar, para que não se formem “ilhas de excelência” dentro do sistema educacional.

Esta estratégia é fundamental para evitar que os núcleos de bom ensino público sejam apropriados por crianças pertencentes a famílias de classe média e/ou alta, que hoje já têm acesso a escolas privadas de qualidade porque podem pagar por elas.

Atingir este objetivo exige planejamento e firmeza de ação. Em primeiro lugar, é imprescindível criar espaço para a implementação de turnos de seis horas nas escolas públicas. Não é tarefa simples, eis que a operação será em base na qual convivem os já elevados gastos com pessoal dos Estados e Municípios, muitos deles já no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, há o fato de que uma parcela substancial da mão de obra especializada está efetivamente dedicada ao setor educacional privado.

O resultado é que, em média, a qualidade das escolas privadas de ensino fundamental e médio supera em muito o das escolas públicas. Não há, portanto, como solucionar essa perversa equação sem a participação efetiva e um eficaz princípio de cooperação entre o setor público e o setor privado – condição essencial para o efetivo enfrentamento da questão educacional no país. Como fazê-lo?

2.3. Extensão do ProUni

O PMDB apresenta um conjunto de ideias, fruto de debates entre os mais categorizados especialistas:

- Estender o sistema do ProUni aos níveis fundamental e médio de ensino - uma forma para reduzir a desigualdade na qualidade do sistema educacional.

O ProUni – Programa Universidade para Todos – tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Lula em 2004, o programa oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições

de ensino que aderirem ao Programa.

A proposta é estender este programa às escolas privadas de ensino fundamental e médio para atender a uma clientela mais ampla, especialmente de alunos de famílias com renda per capita familiar de até três salários mínimos. Para transformar esta ideia em ação efetiva e eficaz, o PMDB propõe realizar testes de aptidão entre os candidatos, que seriam utilizados pelas escolas particulares participantes do programa para selecionar os alunos.

Além disso, como no caso do ProUni, as escolas que aderissem ao programa teriam, em contrapartida, isenção de alguns dos impostos federais. Com isto seria possível combinar igualdade de oportunidades com mérito acadêmico.

Educação é uma atividade sistemática. Este é outro aspecto que não pode deixar de ser levado em conta quando o objetivo é recuperar a universalização do ensino de qualidade. Para exemplificar: não basta ir à escola, mesmo com qualidade, se o entorno da criança não é harmonioso. Por essa razão, as autoridades públicas precisam associar o processo educativo com saúde, transporte e infraestrutura - condições indispensáveis para assegurar as metas educacionais.

De nada adianta uma criança frequentar uma boa escola se o ônibus não passa para pegá-la nos horários corretos ou se falta luz no seu bairro e ela não tem como fazer os deveres de casa. Se a mãe está doente, e a criança é obrigada a ficar em casa cuidando dos irmãos mais novos, esta circunstância compromete todo e qualquer esforço para garantir-lhe uma educação de qualidade.

2.4. Inclusão digital

As iniciativas prioritárias de educação têm por complemento um amplo programa na área de inclusão digital. Nação alguma pode hoje se dar ao luxo de ignorar as tecnologias, sob pena de abrir um imenso fosso educacional, cultural, tecnológico e econômico. A premissa vale tanto para países já desenvolvidos e, mais ainda, para os que, como o Brasil, têm a oportunidade de emergir como economias mais robustas no século XXI.

Inclusão digital não significa somente oportunidade educativa e econômica. Trata-se de imperativo para a vida presente e para a construção do futuro. Estudos revelam que, para cada 10% de expansão da rede de banda larga, ocorre crescimento de mais de 1,3% do PIB. Com base nessa simulação, pode-se inferir que a atenção ao assunto deve ser prioritária. A utilização desse instrumental se integra, ademais, na meta do acesso democrático aos serviços públicos - condição para o exercício da cidadania plena.

O PMDB propõe programa de inclusão digital com cinco elementos. O primeiro componente é completar a rede física nacional do acesso à Internet para assegurar sua entrada nas regiões que ela ainda não alcança, sobretudo a Amazônia Ocidental. A segunda parte é disponibilizar computador barato, versátil e fabricado no Brasil para cada aluno em todas as escolas fundamentais e médias do país. O terceiro aspecto é difundir, por meio de programas nacionais, administrados nas escolas para crianças e para adultos, as capacitações de uso de computadores e da Internet. O quarto fator é diversificar, graças à ação coordenada do governo central e das empresas privadas, os conteúdos, sobretudo educativos e culturais, disponíveis por meio da Internet. Entre tais conteúdos, figuram os que facilitam o ensino à distância, ministrado, sempre que possível, como acréscimo, não como substituto, do ensino presencial. A quinta medida é definir o regime jurídico de organização da Internet. Nesta área, onde o Brasil já caminha na vanguarda mundial, o objetivo é assegurar que a Internet se organize de forma que dê voz e vez à sociedade civil independente, e evite subordinação quer ao Estado quer

aos grandes interesses privados.

Pela inequívoca relevância da questão, o PMDB propõe um amplo debate nacional que traga à mesa de discussão os atores envolvidos no sentido de contemplar as necessidades presentes e preparar as bases tecnológicas do amanhã.

3. Poupança - Financiamento do Crescimento Sustentável

As altas taxas de inflação foram vencidas. Agora o país precisa trabalhar na direção de elevar a taxa de crescimento sustentável da economia, sem gerar excesso de demanda e pressões inflacionárias que acabam forçando o Banco Central a aumentar as taxas de juros. Trata-se de consenso já consolidado entre autoridades e opinião pública. Afinal, taxas de juros baixas sem inflação são uma aspiração – um legítimo desejo – de toda a sociedade.

Este é a próxima proposta do PMDB.

Para o país crescer de forma sustentada, é necessário investimento no aumento da capacidade de produção da economia. Quanto maior a taxa de investimento, maior será a capacidade de expansão do país – um movimento não apenas de busca de maior robustez do mercado interno, mas, igualmente, de expansão de sua atividade no mercado internacional. É a Poupança doméstica, somada aos recursos externos, que financia esse investimento. Em 2009, a taxa de poupança nacional como proporção do PIB foi de 14,6%, nível considerado muito baixo em comparação com outros países no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil. A China, por exemplo, tem uma taxa de poupança de 40% do PIB.

Um entrave importante para ampliar a poupança no país é o setor público. Enquanto as famílias e as empresas brasileiras gastam menos do que ganham, dedicando parte de suas rendas à poupança, a poupança do governo é negativa, retirando, segundo dados de 2006, 16% do total poupado nacionalmente. O resultado desta distorção fiscal é o aumento

da dívida pública e, conseqüentemente, uma elevação das taxas de juros na economia, inibindo o investimento. Além disso, a manutenção do perfil de gastos crescentes produz pressões inflacionárias, ao mesmo tempo em que surgem dúvidas sobre a capacidade do governo de se financiar a longo prazo.

3.1. Como aumentar a poupança pública?

O PMDB propõe quatro caminhos para atingir este objetivo:

3.1.1. Reformar a Previdência Social;

3.1.2. Criar um limite para crescimento do gasto público de no máximo 2 pontos percentuais abaixo do crescimento do PIB;

3.1.3. Aumentar a remuneração do FGTS;

3.1.4. Ampliar o debate para reduzir as distorções existentes na área do Ensino Superior.

3.1.1. Reforma da Previdência Social

O sistema previdenciário brasileiro é muito caro. Atualmente, a despesa pública federal se situa em torno de 22% do PIB, sendo que 7% são gastos com benefícios previdenciários do INSS. Destes gastos, menos de 1% atinge os pobres.

Além disso, o sistema previdenciário/assistencial deve dar conta do desafio representado pela perspectiva da mudança demográfica que, no caso da sociedade brasileira, será particularmente acentuada já a partir da próxima década. Segundo a projeção populacional do IBGE em 2008, se no ano 2000, para cada indivíduo com 60 anos ou mais, havia 7,7 indivíduos entre 15 e 59 anos, em 2050 essa relação cairá para apenas 1,9. Isso significa que, em 50 anos, e com base nas regras atuais de concessão de benefícios, cada beneficiário (aposentado, pensionista ou beneficiário de

assistência) será sustentado, na melhor das hipóteses, por apenas dois ativos.

É necessário, portanto, que o País se prepare para essas mudanças e defina uma agenda de ajustes no sistema previdenciário e assistencial, de modo a garantir sua sustentabilidade de longo prazo. Há vários exemplos de países que enfrentam problemas fiscais quase insolúveis, em grande parte devido a um sistema previdenciário caro e insustentável, e que tem gerado recessão e desemprego extremamente elevados.

Além de servir de alerta, esses exemplos mostram que chegou o momento de o Brasil enfrentar a questão previdenciária com racionalidade, coragem e criatividade. E partindo de um princípio basilar: qualquer mudança só poderá ter validade para os que estão entrando no Sistema Previdenciário. Este é um princípio do qual o PMDB não abre mão. Afinal, trata-se de respeitar direitos adquiridos.

De qualquer forma, as circunstâncias atuais expressam um alerta. Não se pode admitir que, pela omissão, sejam deixados de lado problemas que, certamente, terão de ser enfrentados no futuro, caso não haja disposição para reduzir o custo de sistema previdenciário brasileiro. A discussão sobre a reforma da Previdência é urgente e, para o PMDB, deve ser debatida amplamente pela sociedade, tendo como foco três questões fundamentais: as aposentadorias dos funcionários públicos e do setor privado, as pensões por morte e os benefícios assistenciais aos idosos.

Premissas para o debate

Na próxima década, a taxa de crescimento da população brasileira com 60 anos ou mais convergirá para aproximadamente 4,0%. Supondo ser essa uma aproximação razoável da expansão do contingente de aposentados, isso significa que, por razões vegetativas, mesmo que não haja aumentos reais do valor das aposentadorias, a despesa do INSS tenderá a crescer a essa taxa. Naturalmente, na vigência de incrementos

reais do valor das aposentadorias, a pressão sobre o gasto será ainda maior. Os sucessivos aumentos do salário mínimo desempenham papel relevante na dinâmica da despesa previdenciária, pois este indexa o piso remunerativo que incide em, aproximadamente, dois de cada três benefícios previdenciários.

O Ministério da Previdência Social aponta que, em 2008, a idade média por ocasião da aposentadoria por tempo de contribuição era de 54 anos para homens e de 51 anos para mulheres, perfazendo uma média de 53 anos para a população como um todo. Estes dados revelam que a idade de aposentadoria por tempo de contribuição é inferior em muitos anos à exigência para quem se aposenta por idade e é, também, muito inferior à norma internacional, mesmo em países semelhantes ao Brasil, como Argentina ou Chile.

A despesa do INSS, que representava 2,5% do PIB em 1988, quando a atual Constituição foi aprovada, atingiu, em 2009, 7,2% do PIB. A contrapartida dessa pressão foi o aumento da contribuição dos trabalhadores e das empresas para a previdência social em detrimento de outras despesas, cruciais para o desenvolvimento do país e que ficaram aquém do que seria desejável, com destaque para o baixo valor do dispêndio com investimento público.

Algumas reformas parciais foram implementadas nos últimos governos, o que evitou uma situação ainda mais difícil nas despesas da Previdência Social. A criação do fator previdenciário e o reajuste dos benefícios previdenciários foram alguns dos instrumentos utilizados para reduzir a evolução destes gastos. Porém, não é mais possível escapar de uma discussão corajosa, que envolva toda a sociedade e seus representantes, possibilitando efetivar uma reforma racional - sempre sob o princípio dos direitos adquiridos.

O PMDB reafirma seu compromisso com a preservação plena das condições para a aposentadoria para os que se encontram no mercado de trabalho e das condições de remuneração de todos aqueles que já

recebem benefícios. Qualquer reforma haverá de ser aplicada aos novos entrantes no mercado de trabalho.

Deve-se garantir o aumento do valor do benefício assistencial pela inflação anual, diferenciando-o, no entanto, do reajuste do salário mínimo. O objetivo é incentivar o aumento da formalização na economia.

Por último, as aposentadorias dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado deverão ser unificadas para os novos entrantes na força de trabalho, seja no setor privado seja no setor público.

A partir dessas premissas e de um abrangente debate, será possível equacionar as questões de gestão governamental decorrentes dos custos da Previdência. Trata-se de questão intransferível, que, para o PMDB, terá de ser enfrentada com coragem, determinação e compromisso com o bem-estar da sociedade.

3.1.2. Limite para crescimento do gasto público corrente: máximo de 2 pontos percentuais abaixo do crescimento do PIB

A carga tributária no Brasil é extremamente elevada, se comparada a de países com renda per capita similares ao nosso. Em média, países com renda per capita similares à brasileira têm carga tributária 10 pontos de porcentagem como proporção do PIB menores que a carga tributária brasileira. Ainda assim, a poupança do setor público brasileiro é negativa em 1,5% do PIB, apesar do investimento do setor público brasileiro corresponder a não mais do que 1% do PIB. A questão é que o setor público brasileiro gasta muito com despesas correntes, sobrando pouco para poupar e para investir.

Gastos correntes significam salários dos funcionários públicos, aposentadorias, pensões etc. e, portanto, são difíceis de serem reduzidos no curto prazo, pois não seria razoável uma redução da remuneração dos funcionários públicos e das aposentadorias, por exemplo. Mas, na medida em que a economia cresça, é perfeitamente possível se comprometer a

aumentar o gasto corrente menos que o crescimento do país, de tal forma a poupar recursos para financiar os investimentos públicos necessários para viabilizar este próprio crescimento.

A proposta do PMDB é a de manter a taxa de crescimento dos gastos correntes do setor público sempre 2 pontos de porcentagem menor do que a taxa de crescimento do PIB do país. Ou seja, caso o PIB cresça 6% em um determinado ano, os gastos correntes do governo deveriam crescer 4%, sobrando 2 pontos de porcentagem para aumentar os investimentos e, eventualmente, reduzir a carga tributária.

3.1.3. Aumentar a remuneração do FGTS

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é uma poupança compulsória do trabalhador. Desde 1993, a correção das contas vinculadas do FGTS passou a ser feita pela TR, acrescida de juros de 3% ao ano. Por se tratar de um índice decorrente de uma cesta de taxa de CDB, em cuja fórmula o Banco Central se utiliza de um redutor que é arbitrado, as contas vinculadas do FGTS vêm apresentando remuneração anual abaixo da inflação registrada no período.

Diversas iniciativas têm surgido no âmbito do Congresso Nacional, no sentido de corrigir tal distorção, sem, contudo, analisar o impacto econômico-financeiro no FGTS e no sistema financeiro da habitação do qual o FGTS é parte integrante.

Isto cria um enorme incentivo para que os trabalhadores desejem resgatar seu FGTS, o mais cedo possível, para utilizá-lo de uma forma mais rentável. Como o FGTS pode ser resgatado quando o trabalhador é demitido, o resultado é uma grande rotatividade da força de trabalho no país, reduzindo o estoque de recursos disponível no FGTS.

Este incentivo seria fortemente reduzido se a remuneração do FGTS fosse similar à das cadernetas de poupança, que é o investimento competitivo para o trabalhador médio brasileiro. Portanto, se a

remuneração do Fundo for elevada ao nível da caderneta de poupança, certamente teríamos uma redução da rotatividade da mão de obra. Esta disposição significaria um aumento de poupança privada, mas gerenciada pelo Estado.

Inobstante a necessidade de melhor remunerar a conta dos trabalhadores, a forma deverá levar em consideração a política de investimentos do próprio Fundo, que está alinhada com as políticas setoriais de habitação, saneamento e infra-estrutura do Governo Federal.

O grande ponto de equilíbrio a ser encontrado diz respeito à melhor remuneração da conta vinculada sem tornar inviável o investimento em habitação e saneamento, programas voltados para as famílias de baixa renda, mantendo-se o equilíbrio entre o ativo e o passivo do FGTS.

O modelo perseguido pela gestão do FGTS para correção dessa distorção diz respeito à aplicação de até 30% do saldo da conta vinculada em aquisição de cotas do FI-FGTS, por meio de um FIC- Fundo de Investimento em Cotas, que se encontra em discussão no âmbito da CVM.

Alternativamente a este modelo, poder-se-ia pensar em realizar uma distribuição anual de resultados entre os titulares de contas vinculadas, com valores definidos pelo Conselho Curador do FGTS, tendo por base o Balanço do Fundo do exercício anterior.

Outra forma de corrigir a distorção seria a volta do critério de taxas de juros progressivas em função do tempo de duração do contrato de trabalho, que passou a vigorar quando da criação do FGTS, pela Lei 5.107/67.

O PMDB indica a necessidade de corrigir tal distorção, deixando-se para decisão posterior a escolha da alternativa mais apropriada, tanto para o FGTS quanto para os trabalhadores.

Nesse sentido, corrobora o fato de, em 2012, concluir-se o ciclo de apropriação contábil das despesas que o FGTS assumiu com o pagamento dos créditos complementares, referentes aos planos econômicos Verão e

Collor I. A finalização dessa apropriação abrirá espaço para a absorção pelo FGTS de novas despesas de custeio.

Tal proposta teria ainda um efeito benéfico fundamental sobre o desempenho do mercado de trabalho brasileiro. A elevada rotatividade da força de trabalho tem como um de seus efeitos colaterais o baixo investimento que trabalhadores e empresas fazem em qualificação e treinamento da mão de obra. Isto porque investimentos em qualificação e treinamento são apropriados diretamente pelo trabalhador e como os empresários sabem que o trabalhador não vai permanecer na empresa por muito tempo, não vale a pena nele investir.

O mesmo ocorre com o trabalhador. E é particularmente verdadeiro para o trabalhador pouco qualificado, cuja remuneração varia relativamente pouco com o tempo de serviço na empresa. Ao reduzir a rotatividade, esta proposta teria como resultado um aumento do investimento em qualificação e treinamento por parte de trabalhadores e empresas ao longo da relação de trabalho.

3.1.4. Distorções no Ensino Superior: inverter a desigualdade

As universidades públicas brasileiras apresentam, em média, produção científica modesta e um dos mais elevados custos por aluno do mundo. Cada aluno custa à União US\$ 13.000 por ano. Em relação ao PIB per capita do país, esse valor é o triplo do custo por estudante nos países da OCDE. O governo brasileiro gasta por aluno de nível superior quase sete vezes o que gasta por aluno do ensino fundamental. Em praticamente todos os países do mundo, os gastos do governo por aluno no nível fundamental são substancialmente maiores do que no ensino superior.

É urgente trazer para o debate nacional propostas que possibilitem inverter esta equação, de forma que o Brasil possa investir recursos mais amplos nos ciclos básicos de ensino.

Ter acesso à educação superior pode hoje ser considerado um privilégio. Quem atinge grau de instrução, melhora as condições de vida e reduz a taxa de mortalidade, entre outros benefícios, principalmente em um país no qual apenas 45% dos jovens completam o ensino médio. Como privilégio, esta realidade também significa a institucionalização de viés perverso de desigualdade social.

Trata-se, na realidade, de estender e universalizar as oportunidades para que os mais pobres possam, pela via da educação, reduzir a desigualdade de renda existente no país. Entretanto, os grupos mais pobres continuam encontrando grande dificuldade para ter acesso à educação superior. Basta ver os números: 95% dos universitários brasileiros vivem em famílias pertencentes aos 10% mais ricos da população, famílias estas que, apesar de representarem apenas 1/10 da população do país, frequentaram, em sua maioria, ensino fundamental e médio em escolas privadas.

Diante deste diagnóstico, o PMDB propõe uma ampla discussão nacional. O pressuposto deste debate não apenas se detém na perversa situação atual da educação no país. É necessário partir da realidade de que, ao não assegurar oportunidades educacionais para todos, o Brasil, além do atraso em relação a outras Nações, está aprofundando o fosso da desigualdade social.

3.2. Como aumentar a poupança privada?

Apesar da superioridade da poupança privada nacional em relação à poupança pública, ela ainda é pequena quando comparada a outros países. Nos últimos oito anos, o volume de crédito disponível para os brasileiros triplicou. Apesar disso, o investimento privado cresceu muito menos. Por que os indivíduos não querem tomar risco? Aqui o papel do Estado como indutor e não como gestor do desenvolvimento econômico é fundamental, por meio do fortalecimento de órgãos reguladores

independentes e da consolidação de leis que incentivem e dêem segurança aos recursos financeiros privados, estimulando a parceria público-privada nas áreas de infraestrutura.

Outro aspecto que não pode ser mais ignorado, e que contribui para um aumento de produtividade e competitividade dos empreendimentos privados, é a necessidade de uma reforma tributária efetiva. O objetivo é racionalizar a estrutura tributária, desonerar a produção, o investimento, a poupança, o trabalho e as exportações. Existem, portanto, cinco áreas que precisam ser atacadas pelo próximo governo para, de um lado, aumentar a poupança e o investimento privados, e, de outro lado, melhorar a qualidade de vida da população, principalmente das metrópoles e cidades médias do país:

3.2.1. Reforma Tributária

3.2.2. Transportes e Logística

3.2.3. Habitação

3.2.4. Saneamento

3.2.5. Saúde

3.2.1. Reforma tributária

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou durante anos promover uma reforma tributária abrangente e consistente, com pouco sucesso. As resistências a esta reforma são muito grandes, pois ela mexe com o pacto federativo, redistribui as receitas tributárias entre Estados, Municípios e o governo federal, e define limites para gastos dos diferentes entes federativos. Porém, viabilizar a reforma é um passo fundamental para aumentar a produtividade, reduzir o custo com o cumprimento da legislação e evitar a guerra fiscal que se proliferou entre os estados brasileiros.

A proposta do PMDB é direcionar o esforço no sentido de promover uma reforma concentrada no ICMS.

A guerra fiscal entre os Estados da federação em torno do ICMS já se esgotou. No início, alguns Estados conseguiram atrair novas indústrias, cobrando um ICMS em torno de 3%, inferior ao cobrado nos grandes centros industriais tradicionais. Atualmente, na margem, este número virou o novo patamar para todas as indústrias que se instalam no Brasil. Esta situação não é benéfica para o país como um todo, chegando a ser suicida para alguns Estados. Portanto, temos de mudar a sistemática desta tributação.

Por outro lado, a cobrança do ICMS na origem e não no destino do produto, além de estimular a guerra fiscal, gera distorções importantes na estrutura fiscal, na medida em que o ICMS é originalmente um imposto sobre valor adicionado e, portanto, deveria ser pago pelo consumidor e não pelo produtor do bem. Finalmente, como cada Estado tem sua própria legislação sobre o ICMS, o custo para as empresas para cumprir esta legislação acaba sendo extremamente elevado, gerando ineficiência na gestão empresarial. A partir dessas considerações, nossa proposta consiste em:

1. Discutir a mudança gradativa do ICMS da origem para o destino, sem prejudicar os Estados produtores;
2. Criar uma alíquota única de ICMS a ser negociada entre os Estados;
3. União deve propor utilizar os recursos da Lei Kandir de forma a gerar aproximadamente R\$ 4 bilhões para compensar os Estados que perderem receita fiscal devido a esta mudança no ICMS;
4. Implantação da nota fiscal eletrônica em todos os Estados, o que contribui para a maior transparência do processo.

3.2.2. Transportes e Logística

O setor de logística e transporte de cargas no Brasil encontra-se numa encruzilhada. De um lado, um forte movimento de modernização das

empresas brasileiras, que demandam serviços logísticos cada vez mais eficientes, confiáveis e sofisticados, a fim de se manterem competitivas num mundo que se globalizou. De outro, um conjunto de problemas estruturais, que distorcem nossa matriz de transportes, e contribuem para o comprometimento, não apenas da qualidade dos serviços e da saúde financeira dos operadores logísticos, mas também e principalmente do desenvolvimento econômico e social do país.

Na origem dos problemas estão as questões de priorização de investimentos governamentais, regulação e fiscalização, que levaram o país a uma dependência exagerada do modal rodoviário e, como consequência, a baixos índices de produtividade, reduzida competitividade internacional, elevado nível de insegurança nas estradas, baixa eficiência energética e altos níveis de poluição ambiental. Principalmente nas cidades, esta é uma questão que atingiu limite próximo do intolerável. E não estaríamos nessas circunstâncias, na história urbana do país, se houvesse atenção maior dos governantes que resultasse em redes de trens suburbanos e metropolitanos, a exemplo do que ocorreu nos países desenvolvidos. Em outras palavras, há, hoje, muito que fazer para garantir à população brasileira transporte coletivo moderno, veloz e de qualidade.

A dependência exagerada do modal rodoviário de carga fica patente quando se compara o Brasil com outros países de dimensões continentais como Estados Unidos, Canadá e Rússia, por exemplo. Nestes países, o transporte rodoviário é responsável por 26%, 21% e 8% respectivamente do total da carga transportada, enquanto no Brasil, este índice chega a superar os 60%.

Como consequência, o Brasil faz uso limitado de modais mais seguros, menos poluentes e mais eficientes, como o ferroviário e o aquaviário, ideais para o transporte de produtos básicos, em altos volumes e grandes distâncias, típico de nossos principais produtos de exportação. De fato, o país possui hoje uma infraestrutura ferroviária e hidroviária

insuficiente para suas reais necessidades. Esta enorme concentração no modal rodoviário é o grande equívoco do sistema de transportes brasileiro, cuja correção deve ser o principal objetivo a perseguir no setor, a fim de eliminar as ineficiências e os custos sociais daí resultantes.

O PMDB entende como prioridade sistêmica a construção de um modelo de transporte que seja verdadeiramente multimodal ao integrar o transporte rodoviário com o transporte ferroviário e hidroviário.

Os princípios gerais que deverão nortear a atuação do futuro governo federal no setor devem ser o da participação parcial ou total do capital privado no investimento e na operação dos serviços, e o planejamento integrado dos modais visando criar condições para o rápido desenvolvimento da intermodalidade. Não restam dúvidas que ações neste setor apresentam um enorme potencial de ganhos de competitividade e de crescimento econômico, pois os gargalos são muitos e as distorções evidentes.

No modal rodoviário, é necessário aprovar legislação que discipline as práticas operacionais e iniba a concorrência predatória existente no setor, dando ênfase ao papel das agências reguladoras, que precisam ser reforçadas e coordenadas entre si.

Diferentemente dos países desenvolvidos, o Brasil não possui um marco regulatório adequado para o transporte rodoviário de cargas. Aspectos básicos, como tempo máximo de direção, estado de conservação dos veículos e capacitação profissional mínima não fazem parte do nosso arcabouço regulatório. Até mesmo quando existem regras como, por exemplo, a que estabelece o peso máximo por eixo, elas acabam não sendo cumpridas por falta ou ineficiência de fiscalização. Este fato gera um efeito perverso. Os motoristas que trafegam em nossas estradas são altamente suscetíveis a acidentes graves, que resultam em elevados índices de mortes e internações. Não se trata de um problema restrito ao âmbito humanitário – o que já é mais do que suficiente para motivar

mudanças. A questão é também econômica. Segundo estimativas do IPEA, o custo dos acidentes de trânsito no Brasil alcança um valor superior a R\$ 20 bilhões por ano.

São praticamente inexistentes as regras de entrada e permanência no segmento rodoviário. Por outro lado, são elevadas as barreiras de saída, principalmente para os autônomos, que possuem baixo grau de educação formal e enfrentam dificuldades para encontrar uma nova ocupação. Desta forma, o setor apresenta uma estrutura altamente fragmentada, com excesso de oferta, preços deprimidos e práticas operacionais condenáveis, que caracterizam uma concorrência predatória, gerando externalidades que afetam negativamente toda a sociedade.

É também essencial dar continuidade ao programa de concessões de rodovias, fazendo ajustes para aperfeiçoar o modelo de concessão e os mecanismos regulatórios. Destaque-se, além disso, o papel fundamental do governo federal na articulação de blocos de investimentos, para superar os estrangulamentos no transporte metropolitano.

O rápido crescimento das cidades brasileiras, consequência do caótico processo de urbanização ocorrido no país entre 1940 e os dias de hoje, gerou verdadeiro caos no transporte coletivo das grandes cidades, fazendo com que o tempo gasto pelos trabalhadores no deslocamento de casa para o local de trabalho seja extremamente elevado, o que reduz de forma substancial o bem-estar da população trabalhadora.

Neste sentido, duas medidas são fundamentais. Em primeiro lugar, melhorar as condições de vida das cidades médias, criando incentivos para que a atividade econômica nelas se localize. A cadeia produtiva do agronegócio é o setor adequado para se atingir este objetivo. Como o custo de vida nessas cidades tende a ser bem menor do que nas grandes metrópoles, a descentralização da atividade econômica poderá ter um efeito importante para reduzir a migração para as grandes metrópoles do país.

Um projeto nacional de estradas vicinais é necessário para assegurar a integração física do país, resgatar do isolamento milhões de brasileiros e permitir que a produção não se perca, ou se inviabilize economicamente, no caminho. Só se fará em regime de colaboração federativa: financiamento federal e estadual e operação municipal.

A contrapartida, nas grandes cidades, ao projeto de estradas vicinais é o esforço para atenuar o congestionamento que inferniza a vida dos moradores nessas metrópoles. Mais uma vez, a colaboração federativa será indispensável para financiar e organizar, no ambiente urbano, o transporte subterrâneo, as vias expressas e as vias periféricas.

Em segundo lugar, o Ministério das Cidades pode desenvolver um conjunto de regulacões capaz de redesenhar a malha rodoviária urbana das grandes metrópoles, tornando-as mais racionais. Ao mesmo tempo, há de definir programas de financiamento para a modernização da frota rodoviária e, ao mesmo tempo, criar uma legislação que torne mais racional a utilização das vias urbanas.

No modal ferroviário, cumpre avançar na regulamentação da integração da malha ferroviária, de forma a aumentar a participação deste modal no escoamento das principais *commodities* para exportação, visando maior competitividade da produção nacional.

O PMDB propõe como prioridade a expansão da rede a partir do eixo Norte-Sul e a ligação entre as grandes cidades brasileiras do Sudeste por trens rápidos.

Alguns aspectos das regras de privatização precisam ser aperfeiçoados e requerem um esforço de planejamento público. A privatização da malha ferroviária por regiões e não por trilhos criou verdadeiros feudos locais, onde uma operadora privada precisa da permissão de outra para passar a sua carga. Uma vez que o transporte via

ferrovias é indicado para grandes distâncias, torna-se urgente uma melhor coordenação entre as diferentes malhas existentes.

A eliminação de gargalos operacionais nas malhas privatizadas, principalmente no entorno dos grandes centros urbanos, assim como a recuperação e expansão da malha atualmente existente, são providências que também precisam ser tomadas. Por exemplo, a melhoria do acesso ao Porto de Santos, assim como a expansão de suas vias internas, deve ser analisada como ação prioritária.

O modal aquaviário possui grandes oportunidades de crescimento e tem de ser mais bem aproveitado, especialmente na conexão do corredor de exportação de *commodities* entre o Centro-Oeste e o Norte do país. Sobre as hidrovias, há duas que devem inaugurar a expansão dos recursos (a rigor, o Brasil não dispõe, hoje, de uma única hidrovia, apenas rios navegáveis): a via do Paraná-Paraguai e a via do Teles Pires-Tapajós.

O reforço ao sistema aquaviário vai depender, fundamentalmente, de investimentos em terminais, sistemas de sinalização e dragagem. Apesar de, em média, o investimento necessário para a execução de um projeto hidrográfico ser 20% mais caro do que o rodoviário, o retorno financeiro é significativamente mais rápido, pois o custo operacional do modal aquaviário é muito baixo em comparação com o rodoviário, além dos problemas ambientais gerados por este último.

O aperfeiçoamento da regulamentação que prevê o uso múltiplo das águas é outra providência importante para o desenvolvimento do modal. Cabe também capacitar a agência reguladora do setor em assuntos relacionados ao meio ambiente buscando maior integração com os organismos diretamente responsáveis pela questão. A lentidão do processo decisório na aprovação de projetos de hidrovias e a resistência dos ambientalistas à utilização econômica dos rios navegáveis são verdadeiros entraves para a expansão do transporte aquaviário no país. São questões que devem ser debatidas, sem dúvida. E que exigem

consensos urgentes para se evitar protelações prejudiciais às demandas de desenvolvimento sustentável que o país tem pela frente.

O modal aéreo exige a agilização dos procedimentos aduaneiros e o investimento na infraestrutura dos aeroportos. O rápido crescimento do número de usuários do transporte aéreo, somado à interrupção de projetos de modernização e ampliação de importantes aeroportos, colocou o sistema aéreo de transporte próximo do ponto de ruptura. A realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016 representa riscos reais de colapso do sistema.

Por último, os investimentos públicos na infraestrutura portuária devem ser planejados de forma integrada com o conjunto dos modais de transportes, visando criar vantagens ao comércio exterior do país e ao desenvolvimento das navegações de cabotagem de carga e de turismo marítimo (atividade em expansão no país), ampliando as alternativas de transporte da produção destinada ao mercado interno. A melhoria das condições estruturais dos portos, tanto no que diz respeito aos acessos marítimos e terrestres como aos sistemas de dragagem, é fundamental para a redução dos custos da movimentação portuária, fator determinante para o aumento da produtividade dos terminais privados.

3.2.3. Habitação

A pedra de toque da política de habitação há de ser o compromisso de assegurar a toda família brasileira oportunidade real de adquirir casa própria. Daí a necessidade de reforço do programa “Minha Casa, Minha Vida”. O próximo passo é estendê-lo e adaptá-lo às necessidades dos “remediados” e da pequena classe média. Para que isso possa ocorrer em grande escala, deve-se diminuir o peso relativo do subsídio público direto e aumentar o papel do mercado hipotecário.

Um mercado hipotecário secundário deve ser organizado sob a égide e o monitoramento da Caixa Econômica Federal, livre das perversões que, nos últimos anos, transformaram tais mercados, em muitos outros países, em terreno de abuso e de combustível da especulação financeira. Entre nós, o mercado secundário tornar-se-á economicamente viável à medida que o custo do dinheiro continuar a cair.

A organização urbana deve abrigar amplos programas voltados à visão abrangente e integrada da cidade como espaço privilegiado para o surgimento de novas formas de vida pública e comunitária. Para esta tarefa devem se voltar as políticas de cultura e esporte.

Duas séries de iniciativas têm potencial para contribuir para efetivar este empreendimento. A primeira é a conversão de favelas em bairros. Uma premissa é a regularização fundiária: a transformação da posse irregular em plena propriedade. Outra premissa é a organização comunitária, que ajuda a organizar, de maneira mais participativa e, portanto, eficaz, as políticas de acesso aos direitos sociais de educação, saúde e apoio social, especialmente para a família desestruturada.

As condições elementares para a conversão de favelas são saneamento, reconstrução - casa por casa, rua por rua - e oportunidades para trabalhar, produzir e gerar riqueza. Tais oportunidades surgirão da combinação de programas de capacitação do trabalhador e de identificação de empregos. Surgirão também do aproveitamento das novas tecnologias que permitem a cooperativas, com apoio público, ganhar competitividade de preço e de qualidade para linhas de produção que operem em escala relativamente pequena.

Outro grupo de ações é uma política nacional de fomento ao desenvolvimento de cidades médias no país. Consolida-se a cidade média a partir de duas forças: o aproveitamento de uma vocação produtiva regional - por exemplo, a industrialização de produtos agropecuários ou minerais - e a prestação de serviços de alta qualidade, especialmente de

educação, saúde e lazer. Os governos, central e locais, não devem aguardar passivamente a manifestação destas forças. Devem atuar para provocá-las e para organizá-las. Sob a liderança da classe média emergente, as cidades médias passam a ser agentes de transformação da vida brasileira.

3.2.4. Saneamento

O setor de saneamento no Brasil apresenta historicamente um quadro de investimentos insuficientes, gestão deficiente e serviços à população muito ruins. A falta de condições adequadas de atendimento atinge 95,6 milhões de pessoas no serviço de coleta de esgoto e 34,0 milhões de pessoas no de abastecimento de água, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2007.

O prejuízo recai sobre os mais pobres. Eles representam 62% daqueles que não têm coleta de esgoto e 71% entre os que não são servidos por abastecimento de água. Investir em saneamento significa economia de recursos públicos, pois inúmeros são os casos de doenças cujas causas estão associadas à falta de condições apropriadas de saneamento ambiental.

Durante muitos anos, a falta de regras claras prejudicou os investimentos em saneamento. A partir da Lei 11.445, de 5/1/2007, houve uma inovação no tratamento jurídico do setor, ao se incluírem no conceito de saneamento básico os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Todavia, este novo marco regulatório exige que o poder público realize ações concretas para cumprir sua responsabilidade.

Hoje em dia, as empresas públicas de saneamento - estaduais e municipais - são responsáveis por cerca de 80% do abastecimento de água e do tratamento de esgoto no país. A grande maioria enfrenta problemas

crônicos de gestão, não tem governança eficiente e padece de excessivo endividamento. Como agravamento do problema, as redes de saneamento são antigas, não mapeadas e com alto volume de perda de água.

Estima-se que sejam necessários mais de R\$ 10 bilhões por ano, por mais de 20 anos, para universalizar o atendimento dos serviços de água e esgoto no Brasil. Como o dinheiro público tem se mostrado insuficiente, a alternativa é incentivar a aplicação de investimentos do setor privado, que atuaria como operador do serviço de saneamento.

As leis que suportam o marco regulatório foram criadas com esse fim, mas os municípios precisam fazer as adaptações que a legislação federal determina em relação às concessões. Como a grande maioria não tem estrutura técnica suficiente para atender os requisitos das leis, o apoio do governo federal é determinante para criar os incentivos, auxiliar no planejamento, fornecer os indicadores, dar o modelo de gestão e, desta forma, atrair os investimentos privados. Além disso, a criação/consolidação de agências reguladoras independentes regionais, estaduais ou municipais é fundamental para o estabelecimento deste novo modelo.

O problema do saneamento é mais de gestão do que de recursos financeiros. O FGTS, tradicionalmente a principal fonte de financiamento do setor, tem suficientes recursos para aplicar neste segmento, seja por meio de empréstimos ou mesmo via participação acionária. Com este intuito, foi apresentado às empresas públicas de saneamento um consistente plano para sua revitalização, cujo objetivo é resgatar a capacidade de atrair recursos externos. Mas é fundamental a disposição do setor para a modernização das concessionárias públicas, incorporando orçamentos realistas e gestores competentes, de forma a aumentar sua capacidade de atuação.

Por último, uma questão de extrema importância se refere à coordenação das ações públicas. A ausência de estudos e projetos de engenharia no setor de saneamento foi o principal motivo para o atraso nas contratações em 2007, primeiro ano do PAC. Neste particular, é

fundamental que o Ministério das Cidades atue de forma sistemática para coordenar ações com o intuito de transformar as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, de forma a criar equipamentos urbanos integrados e consoantes às diversidades das cidades.

3.2.5. Saúde: a superação das diferenças

O PMDB entende que o SUS (Sistema Único de Saúde), organizado pela Constituição de 1988, é uma política social exemplar. Exemplar pelo seu caráter universal. E exemplar pela escolha da cooperação federativa como instrumento.

Hoje, porém, o SUS está comprometido por dois problemas: um, de financiamento; outro, de injustiça. O problema de financiamento é que, no exato momento de sua inauguração, o SUS perdeu, com sua separação da Previdência, a principal fonte de financiamento. Desde então, vive de um remendo financeiro para outro.

O problema de injustiça é o abismo que existe no mundo da saúde no Brasil. Há dois mundos. O dos usuários do SUS abrange cerca de 80% da população; o dos planos privados, 20%. No mundo dos 20%, o gasto *per capita* em saúde é cerca de 5 vezes maior, comparado com o mundo dos 80%. Trata-se de violenta desigualdade, que se traduz diretamente em expectativas diferentes de vida e de sofrimento. O PMDB convoca a Nação para uma cruzada moral contra este "apartheid" mortífero.

Entretanto, o mundo dos 20% é financiado em grande parte com o dinheiro público: quer, fundamentalmente, por conta do perdão fiscal em benefício dos segurados dos planos privados e das instituições filantrópicas, quer, acessoriamente, por efeito do não ressarcimento pelos planos privados de serviços prestados aos segurados desses planos pelo SUS. Não se quer reduzir a capacidade de atendimentos dos Planos de

Saúde. O que se pretende é elevar o atendimento via SUS ao patamar daqueles prestados pelos Planos de Saúde.

O PMDB sustenta que a solução do problema de injustiça não pode esperar até que se equacione o problema do financiamento. Em primeiro lugar, por imperativo moral: é preciso repudiar uma desigualdade tão extrema que toca nas questões de vida e de morte. Em segundo lugar, por razão prática: a experiência mundial demonstra que, enquanto a parte mais privilegiada e influente da população conseguir atender seus interesses vitais num mundo à parte, a saúde da maioria continuará a mendigar dinheiro.

A solução do problema do financiamento está em ampliar a parte da receita pública, baseada nos impostos gerais, que se direciona ao SUS. A reforma do sistema tributário rumo a um imposto abrangente sobre o valor agregado, que minimize o impacto econômico prejudicial da tributação, será, no futuro, a fonte financeira preferencial da saúde pública.

O começo da solução para o problema da injustiça está em abrir vasos comunicantes entre os dois mundos da saúde. Além do enfrentamento dos problemas de financiamento e de injustiça na saúde pública, a continuidade de duas iniciativas - uma singela; outra, mais onerosa - têm primazia, por seu potencial, para elevar a qualidade da saúde de que gozem os brasileiros. A singela é a universalização das vacinações em todas suas modalidades, inclusive e, sobretudo, para as crianças mais jovens. A mais onerosa é a continuação da grande obra de saneamento iniciada no governo Lula. Nada surtiria efeito mais dramático sobre a saúde no Brasil - muito benefício em troca de relativamente pouco dinheiro - do que aumentar a disponibilidade de água limpa nas periferias pobres das cidades brasileiras.

A estas duas iniciativas, de prevenção, acresce-se uma terceira, de tratamento médico, que tem o potencial para melhorar em pouco tempo a qualidade do atendimento de saúde: a organização, em colaboração com

Estados e Municípios em todo o país, de uma rede de pequenos centros ambulatoriais que substituam, sempre que possível, as emergências dos hospitais na terapia dos problemas médicos corriqueiros e encaminhem os doentes, quando necessário, à parte apropriada do sistema hospitalar. Aliviada de parcela da pressão dos primeiros atendimentos, poderá esse sistema reorganizar-se mais facilmente de acordo com uma hierarquia de especialização e de complexidade nos tratamentos.

O PMDB propõe fortalecer o programa de combate ao uso do *crack*, que vem se tornando epidemia nacional, e mobilizar na tarefa repressiva forças sob comando da Polícia Federal. Este programa abrigará ações para recuperação plena do dependente e de assistência ao núcleo familiar.

4. Energia limpa

Apesar dos grandes avanços conseguidos no atual governo, o Brasil continua ameaçado de ver seu avanço estancado por conta de insuficiências, de quantidade e de qualidade, em sua infraestrutura de energia e de transporte.

O PMDB defende a construção de matriz energética que aproveite um potencial incomparável para a geração de energia limpa e renovável. A pedra de toque desta matriz na atual fase histórica há de ser a mobilização mais eficiente do potencial hidrelétrico. Dos países com os maiores potenciais hidrelétricos do mundo, o Brasil é o que menos utiliza o seu. Aprenderá a utilizá-lo mais intensivamente ao recorrer a tecnologias que permitem minimizar o alagamento de áreas circundantes e empregar o fluxo das águas, inclusive em rios de baixo declive. Lembrando o nexo entre energia e transporte, não mais se permitirá a construção de barragens sem eclusas.

O futuro da matriz energética está na mobilização da energia solar e eólica: em longo prazo, sua mobilização direta e, em médio prazo, sua

mobilização indireta por meio da biomassa – setor em que o Brasil dispõe de vantagens incomparáveis. O governo federal deve, em associação com os governos estaduais e com as empresas privadas, cuidar para que se estabeleçam as entidades tecnológicas e empresariais capazes de assegurar ao país o papel preeminente na evolução dos agrocombustíveis de segunda e terceira geração.

Enquanto não prosperarem estas fontes futuras de energia, a instabilidade inerente à energia hidrelétrica precisa ser compensada, sem preconceitos e, *a priori*, por outras maneiras de gerir energia, inclusive a energia nuclear e a energia eólica.

O Brasil não deve abdicar de explorar agressivamente suas reservas petrolíferas, tanto as reservas que já estão sendo exploradas como o vasto potencial do pré-sal. Deve fazê-lo de maneira a aproveitar e desenvolver ao máximo as tecnologias de produção e de consumo, que mitiguem o impacto ambiental negativo da combustão de energia fóssil, evitando incentivos ao seu uso, e fortalecer o uso de energia limpa e renovável.

O PMDB abraça com entusiasmo o imenso potencial das riquezas do pré-sal para contribuir ao desenvolvimento do país. Reconhece, porém, as dificuldades e os riscos a enfrentar: longos anos e grandes investimentos e vício na dependência de rendas que podem esgotar junto com os recursos que as geram, ameaçando valorizar o câmbio sem aprofundar e diversificar a industrialização. A solução está em ver o pré-sal como aquilo que é: fonte transitória de capital a ser usado, cada centavo, para investir no futuro do Brasil. O país deve se preparar para transformar os retornos do pré-sal em fonte de financiamento de três grandes objetivos nacionais: capacitação humana, infraestrutura física e qualificação das pequenas e médias empresas.

5. Tecnologia e setores estratégicos

O PMDB vê a consolidação das nossas capacitações independentes em tecnologias avançadas como condição, ao lado do financiamento interno forte, da estratégia desenvolvimentista que convém ao Brasil. Entre tais tecnologias avançadas figuram, de maneira especial, graças ao significado estratégico, a tecnologia nuclear, a tecnologia cibernética e a tecnologia espacial. Nesses três setores, deve o Brasil buscar independência e avanço. Entre os requisitos institucionais para assegurá-los, urge a subordinação direta desses três setores estratégicos ao presidente da República.

Em matéria de tecnologia espacial, a prioridade é o desenvolvimento de nossa capacitação para lançar satélites, sejam de órbita alta ou baixa, para comunicação, monitoramento e defesa. Nossa situação equatorial nos dá vantagens extraordinárias. A tarefa é organizar um salto com respeito aos veículos lançadores e a seu combustível.

O PMDB sustenta que o Brasil deve reafirmar seu compromisso com o uso pacífico da energia nuclear, consagrado na Constituição e em tratado internacional. Ao mesmo tempo, porém, deve insistir em andar na linha de frente da ciência e da tecnologia militares para que nossa renúncia ao uso bélico da energia nuclear seja sempre expressão da vontade nacional, jamais efeito involuntário da impotência científica e tecnológica.

6. Mineração

Produto mineral e sua primeira transformação representam mais de um terço da pauta de exportações do Brasil. O PMDB propõe mudar as regras aplicáveis à mineração no Brasil para transformá-la em instrumento dos objetivos de desenvolvimento, inclusão e capacitação, que orientam esta proposta nacional. Tudo em nossa maneira de organizar a mineração deve mudar.

Em primeiro lugar, o regime das concessões. Não mais se deve permitir que o concessionário deixe a riqueza mineral dormente por muito tempo sob o solo e use a concessão como uma opção a negociar. O aproveitamento pronto e efetivo da riqueza mineral e a subida progressiva na escada de agregação de valor devem ser condições da concessão.

Em segundo lugar, o regime dos "royalties". Não se justifica disparidade tão grande entre os "royalties" cobrados no setor mineral e no setor de petróleo e gás, sendo aqueles muito mais baixos do que estes. E o peso dos "royalties" a pagar deve passar a variar inversamente ao grau de transformação do produto mineral e, portanto, de agregação de valor.

Em terceiro lugar, o regime do empreendimento. Muitos Estados federados continuam a ter riqueza mineral não aproveitada pelos oligopólios da mineração. Não devem ter de aguardar o calendário dos interesses empresariais. Devem poder empreender, em associação com empresas privadas, constituídas no regime do mercado. Poderão ser vendidas a compradores privados na primeira oportunidade. É o uso do ativismo governamental para abrir mercados e aguçar a concorrência, não para substituir mercados por monopólios estatais.

Uma das primeiras utilidades deste princípio será organizar o aproveitamento das nossas reservas de potássio e de fosfato.

7. Desenvolvimento sustentável e incluyente

O Brasil acordou para a centralidade da defesa da natureza. A preservação do cenário natural de nossa vida faz parte integrante do projeto nacional brasileiro. O que não se pretende é que a causa preservacionista se transforme, como muitas vezes se transformou nos países ricos, em pretexto para abandonar a luta por alternativas econômicas, sociais e políticas que incluam os cidadãos comuns.

Para o PMDB, não vale ser sustentável a política do desenvolvimento se não for também includente. E não conseguirá ser ao mesmo tempo sustentável e includente se não for arrojada nos instrumentos institucionais e tecnológicos.

Para alcançar este alvo, urge caminhar em dois trilhos paralelos. O primeiro é o uso da força do Estado para fazer cumprir, na base, as leis de defesa do meio ambiente. E para tomar conta do seu território: as terras federais e as áreas de preservação sob responsabilidade federal. Não adianta criar reservas no papel - e nós temos no papel a rede de reservas ambientais mais vasta no mundo - sem muni-las de recursos humanos e técnicos.

Em várias regiões do país, as regras de preservação são maciçamente violadas, inclusive porque muitas vezes foram impostas retrospectivamente a uma população que construiu formas de vida e de produção ao abrigo de regime legal anterior e muito mais leniente. Nesses casos, será necessário assegurar os meios de transição e de adaptação: por exemplo, mecanismos para financiar reservas legais compensatórias em lugares vizinhos quando não mais for possível estabelecê-las nos locais originalmente previstos.

O segundo caminho é a criação de alternativas econômicas e de seus meios técnicos e tecnológicos. Nossa natureza não será salva, ao final, pela polícia. Ela será salva por tais alternativas. Exemplo é o conjunto de inovações tecnológicas, técnicas, econômicas e institucionais necessário para soerguer, na Amazônia da floresta, o extrativismo madeireiro e não madeireiro.

O PMDB entende que, hoje, apesar da imensa importância da floresta amazônica e dos gravíssimos riscos que ela continua a correr, o ecossistema sob maior ameaça no país é o que recobre a parte preponderante do território nacional: o cerrado brasileiro, que se estende por quase todo o vasto planalto. O PMDB convoca o país para a defesa do

cerrado. Para essa defesa, todo um conjunto de fundos e de iniciativas será necessário. E será preciso, em grande parte de nosso território, substituir pecuária extensiva por combinação de lavouras perenes, manejo florestal sustentável, produção destinada a agrocombustíveis e cultivo de peixes.

O elo mais importante entre os dois trilhos – o de fazer cumprir as leis e o de criar alternativas de produção sustentável – é um grande projeto nacional de plantio de florestas, especialmente em áreas degradadas.

8. Política Industrial: pequenas e médias empresas

A parte mais importante da economia brasileira é o conjunto de pequenas e médias empresas. É nesta base que se gera a maior parte do produto. É aí que está a vasta maioria dos empregos. Em toda a parte, há ânimo empreendedor no Brasil. Entretanto, nossas pequenas e médias empresas continuam, em sua parcela preponderante, carentes de acesso ao crédito, à tecnologia, ao conhecimento e aos mercados globais. A consequência é que às nossas maiores empresas costumam faltar grupos de empreendedores menores e vanguardistas que, nas economias mais dinâmicas do mundo, acalentam as inovações organizativas e tecnológicas mais arrojadas.

A política industrial do Brasil tradicionalmente foca as grandes empresas. Facilita, por exemplo, fusões entre elas, com crédito subsidiado. É um benefício pago com o dinheiro do trabalhador, já que uma parte substancial dos recursos do BNDES é proveniente dos recursos do FAT. Tudo sob o pretexto de fazer das empresas beneficiadas "campeãs mundiais". Em princípio, a opção se justifica. Mas não é suficiente para transformar em sustentável o desenvolvimento da economia brasileira.

Neste sentido, não se concebe política industrial sem lugar para grandes empresas. Entretanto, há correção de ênfase a fazer: reavaliação

dos destinatários, do método e dos objetivos da política industrial. Os destinatários prioritários são as pequenas e médias empresas. O método, mais do que a disponibilização de crédito subsidiado, é a abertura de acesso a práticas, tecnologias e conhecimentos mais avançados, acompanhada da propagação dos experimentos locais mais exitosos.

O objetivo geral é equipar a energia empreendedora fora do mundo das grandes empresas. O objetivo específico é evitar que o país todo tenha de passar pela forma de organização industrial, instaurada em meados do século passado no Sudeste - a produção em grande escala de bens e serviços padronizados, por meio de maquinaria e de processos produtivos rígidos, mão de obra semi-especializada e relações de trabalho muito hierárquicas e muito específicas - para depois ultrapassar esse modelo.

9. Agricultura

Agricultura é paradigma e linha de frente. Historicamente, é na agricultura que podem emergir, em primeiro lugar, formas de produção que depois se difundem por toda a economia. A agropecuária continua a ser a principal atividade econômica do país. Dadas as condições naturais incomparáveis - sol, solo e água -, o Brasil tem tudo para ascender ao primeiro lugar na agricultura mundial e fazê-lo de maneira que ajude a apontar caminho para outros setores da economia.

De início, urge fazer valer o princípio constitucional: o cumprimento da lei. Sem lei não há ordem. Desapropriação de terras, no país, só poderá ocorrer nos espaços improdutivos. Invasão de terras produtivas é crime. E os invasores devem ser submetidos ao rigor da legislação.

O PMDB propõe projeto agrícola definido por três objetivos vinculados. O primeiro objetivo é a superação progressiva do contraste entre agricultura empresarial e agricultura familiar. Não há duas agriculturas no mundo; há só uma. Trata-se de assegurar para a

agricultura familiar atributos empresarias sem que, com isso, tenha ela de perder quer seu vínculo com a policultura quer seu compromisso com a democratização do acesso à propriedade.

O segundo objetivo é a agregação de valor no campo por meio da industrialização dos produtos agropecuários. Não deve haver contraste entre cidade cheia e campo vazio. A vida rural há de ser variada e vibrante.

O terceiro objetivo é a construção em todo o país, e não apenas no sul, de classe média rural forte, como vanguarda de uma massa de trabalhadores rurais mais pobres que também avançará.

O projeto agrícola assim definido depende de iniciativas físicas e de inovações institucionais. Juntas, elas compõem a proposta agrícola do PMDB.

A mais importante das iniciativas físicas é um grande programa nacional de recuperação de pastagens degradadas. No Brasil, hoje, para cada hectare sob cultivo, há quatro entregues à pecuária extensiva. Grande parte do território nacional hoje é pastagem degradada. A recuperação de parte desta extensão propiciaria dobrar a área cultivada e triplicar o produto agrícola em poucos anos sem prejuízo de uma única árvore.

A ciência da recuperação está dominada e o custo é modesto. Falta mobilizar o dinheiro dos fundos constitucionais e, sobretudo, introduzir as mudanças regulatórias e tributárias que imponham um custo à degradação e ofereçam um benefício para a recuperação.

Esse programa deve ser acompanhado por iniciativas complementares. As mais importantes são: a solução dos problemas logísticos da agricultura brasileira, a começar pelo escoamento dos grãos do centro-oeste em direção ao porto de Itaquí, no norte, e de Paranaguá, no sul; a garantia federal de resguardos e certificações fitossanitárias com

credibilidade internacional, em troca da rastreabilidade dos produtos; e a parceria entre o governo federal, os governos estaduais e as empresas privadas para superar, com o aproveitamento de nossas próprias reservas, a ruínosa e desnecessária dependência da importação de fertilizantes.

As inovações institucionais necessárias para viabilizar o projeto agrícola são de três ordens.

A primeira inovação é o ordenamento do extensionismo agrícola - a ajuda técnica ao produtor, sobretudo pequeno e médio - em todo o país e contemplando um regime de cooperação federativa: os Estados federados devem assumir a primeira responsabilidade; o governo federal deve apoiar e ajudar o produtor diretamente quando o Estado não o conseguir fazer.

A segunda inovação é a democratização dos novos produtos e serviços financeiros com que, em substituição aos mecanismos tradicionais de preços mínimos e de estoques reguladores, a agricultura em todo o mundo se resguarda contra a combinação do risco físico (instabilidade de clima) com o risco econômico (volatilidade de preço). Deve o governo reorganizar as opções financeiras de modo a torná-las acessíveis aos pequenos e médios produtores.

A terceira inovação é o esforço para fortalecer os produtores nos mercados agrícolas em relação aos intermediários e compradores. Não se deve permitir que os atravessadores se apropriem da maior parte dos ganhos da agricultura. Os meios apropriados à consecução deste objetivo incluem o uso de contratos-padrão e de práticas de arbitragem monitoradas pelos governos. A radicalização da concorrência enfraquecerá os oligopólios e os cartéis.

10. Segurança Pública

O PMDB entende que há duas premissas para enfrentar com realismo

o problema da insegurança nas cidades brasileiras. A primeira premissa é o reconhecimento das responsabilidades distintas dos três níveis da federação. Não é, porém, pretexto para que o governo federal se exima. O que ele não pode fazer, direta e unilateralmente, pode e deve fazer por meio do federalismo cooperativo. A segunda premissa é a distinção clara das respostas exigidas pelo combate ao crime organizado e pelo combate à criminalidade episódica, ainda que violenta.

O governo federal precisa desempenhar papel central e de liderança no combate ao crime organizado. Deve fazê-lo com base em ampliação do elenco de crimes federais e munido de instrumentos de uma política científica e tecnologicamente equipada, capaz de atuar com grande mobilidade em todo o país e formada, doutrinariamente, numa Academia Nacional de Polícia. As polícias estaduais devem operar como coadjuvantes da ação federal. Tal ação deve ter como uma de suas prioridades o fortalecimento da incolumidade de nossas fronteiras, vulneráveis hoje ao tráfico de drogas e de armas.

Já no combate ao crime episódico, a relação entre iniciativa federal e iniciativa estadual se inverte. O papel do governo federal torna-se importante, porém indireto. O ponto decisivo está no fortalecimento da organização comunitária na base e na colaboração da polícia com as comunidades organizadas. Nessa direção, o PMDB propõe incentivar a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, mecanismo que tornará a sociedade mais participativa na estratégia da segurança pública. Onde a sociedade, vigilante, organiza-se, a criminalidade episódica desaba em qualquer parte do mundo, ainda que em ambientes sociais marcados por pobreza extrema e grandes desigualdades.

Cabe ao governo federal desenvolver, em trabalho conjunto com os governos estaduais, o repertório das melhores práticas de colaboração entre polícias e comunidades organizadas, difundir os experimentos locais exitosos, e ajudar a providenciar nacionalmente os meios técnicos e

tecnológicos desta nova prática policial. Os programas na área de Segurança Pública devem receber condições e recursos para sua adequada implementação.

11. Mercado de Trabalho

Para o PMDB trata-se de corrigir a rota dessa estratégia de desenvolvimento para possibilitar primazia aos interesses do trabalho e da produção. Vale dizer, o Brasil precisa inovar no regime de relações entre o capital e o trabalho.

As relações de trabalho estão mudando no mundo todo. No Brasil, ainda convivemos com imenso número de brasileiros que trabalha na economia informal. E, por ausência de regulamentação jurídica adequada, abriu-se um vácuo para atuação de empresas inidôneas ou, mesmo, fraudulentas, cuja consequência perversa é um aumento do número crescente que enfrenta situações de trabalho precarizado. O efeito principal - e perverso - do regime atual do trabalho é que imensa parcela dos trabalhadores está fora do mercado formal. Se o país não quer permanecer refém do desenvolvimento fundamentado em trabalho barato e desqualificado, precisa mudar esta situação.

O PMDB propõe duas ordens de respostas aos problemas centrais do campo de trabalho.

O primeiro problema é o da informalidade: entre um terço e metade da população economicamente ativa do país continua presa na economia informal, obrigada a trabalhar nas sombras da ilegalidade. O PMDB advoga, como parte da solução, a desoneração radical da folha de salários, com o financiamento dos direitos legítimos na base dos impostos gerais.

O segundo problema é o combate às formas do trabalho precarizado, resultado de ausência de regulamentação, campo livre para a atuação de empresas de fachada, que agem com evidente má-fé. A terceirização de

serviços constitui uma realidade em expansão nas economias internacionais. No Brasil, este setor está em franca expansão, dando efetiva contribuição à base da empregabilidade. Mas carece de uma legislação. Por essa razão, o PMDB defende a efetivação, ao lado da CLT, de um segundo corpo de regras, destinado a proteger, a organizar e a fazer representar estes trabalhadores que já atuam na economia formal, depurando-se do mercado, por meio da regulamentação jurídica, grupos oportunistas e mal intencionados.

12. Política para as minorias e para as mulheres

O PMDB conclama o país a fazer permanente mobilização contra as injustiças praticadas no Brasil contra as minorias e contra as mulheres. Não se constrói modelo de desenvolvimento baseado em democratização de oportunidades e de capacitações sem superar as discriminações que continuam a macular parcela do tecido social.

O país enfrentou corajosamente a injustiça racial no Brasil sem escamoteá-la sob o véu do mito da democracia racial. Deve continuar o seu esforço, amparado em sua realidade e tradições, não sob a égide de fórmulas importadas de outras sociedades e concebidas ao abrigo de circunstâncias. Para os negros e os mestiços, o primeiro requisito é a criminalização efetiva da discriminação individualizada de que continuam a sofrer e o incentivo institucionalizado à busca e formação dos talentos.

Para os povos indígenas, o PMDB propõe transformação decisiva da política indigenista. Sua missão é responder às aspirações dos indígenas, não homenagear dogmas de antropólogos. O Brasil tem tradição admirável de assegurar, em forma de reservas, terra aos povos indígenas e uma tradição condenável de negar-lhes os meios de formação educativa e econômica. Por isso, arrisca a afundá-los, em grande número, no alcoolismo, depressão e desagregação social. As sociedades indígenas

devem ser tratadas como partes do Brasil e como fontes da nacionalidade, não como peças de museu.

A tarefa é assegurar tais meios, porém de maneira compatível com o grau de assimilação ou isolamento de cada povo. Como o país tem obrigações para com cada uma destas coletividades, deve ter também obrigações para com cada indígena individualmente. Cada um deles é cidadão da República. Tem o direito de contar com os instrumentos para capacitar-se, ainda quando sua coletividade lhe negue.

Mulheres não são minoria; são a maioria da população brasileira. Maioria, porém, ainda inferiorizada no país. Deve ser compromisso comum do Executivo, do Legislativo e do Judiciário desenvolver corpo de leis e de práticas que proíba, de maneira mais eficaz do que se conseguiu até agora, a negação às mulheres de oportunidades iguais para se educarem, trabalharem e ascenderem socialmente. Ponto central é zelar por garantir a mesma remuneração para o desempenho das mesmas tarefas.

O caminho mais importante para assegurar justiça às mulheres brasileiras está no desdobramento, em regras mais específicas, do preceito constitucional da igualdade perante as leis. Está, por consequência, também, na construção de conjunto de presunções de injustiça que obriguem os suspeitos de discriminação a se defender e a ressarcir as prejudicadas quando não se puderem justificar.

13. Estatais

A atuação do Estado por meio das empresas estatais avança do estágio em que foram criadas - áreas em que a iniciativa privada não atuava -, para outro estágio de robustecimento de setores estratégicos da economia que possam incrementar e acelerar investimentos em prol do interesse público e elevar o desenvolvimento e os níveis de competitividade do país.

As empresas estatais são instrumentos de política pública para o desenvolvimento sustentável do país e precisam existir num ambiente regulatório bem definido, justo e harmônico, que também engendre condições colaborativas para estimular investimentos oriundos da iniciativa privada nos setores em que atuam.

O recente cenário de crise mundial bem exemplifica o fim de uma era em que o Estado reduzia sua presença na economia e na sociedade em geral, passando a ser protagonista no enfrentamento dos sintomas da diminuição da atividade econômica e na indução de setores dinâmicos, estruturantes e estratégicos para o país.

O poder e a relevância do Estado cresceram mediante a necessidade de gerar respostas para o desequilíbrio macroeconômico que se espalhou por todos os países.

Neste contexto, o conjunto das Empresas Estatais figura como áreas de governo altamente especializadas, formadoras de opinião e detentoras de conhecimento, que se revelaram de extrema importância na aplicação de políticas anticíclicas com vistas ao realinhamento da economia e a retomada do crescimento. No setor financeiro, os bancos oficiais federais, além de fomentarem a inclusão social por meio de serviços financeiros universalizados, cumpriram a missão de irrigar a economia doméstica e atenuar a recessão, mediante a disponibilização do crédito. Em setembro de 2008 os empréstimos dos bancos oficiais federais que era 12,8%, alcançaram 18,6% do PIB em 2009. É importante que esses agentes foquem o crédito e a política de subsídios para as pequenas e médias empresas com vistas a dar condições para um desenvolvimento regional equilibrado.

Nos diferentes setores da economia – seja o de infraestrutura, o financeiro ou produtivo –, a inserção dessas empresas é fator vital para a dinamização das atividades econômicas, com vistas a proporcionar a toda sociedade um novo estágio de prosperidade, buscando conciliar a

estabilidade dos mercados, a segurança jurídica e a proteção e defesa dos direitos dos cidadãos.

Nesta direção, é fundamental que, no próximo governo, as empresas estatais atuem com alto grau de governança, com o quadro de profissionais especializados e qualificados, para um desempenho eficiente e eficaz nas fronteiras da gestão; que essas organizações propiciem o incremento de tecnologias inclusivas e inovadoras que permeiem e estimulem toda a cadeia produtiva nos setores em que atuam; que agreguem valor e propiciem melhores produtos e serviços aos cidadãos e à sociedade.

14. Política regional

O PMDB considera o desenvolvimento das regiões mais pobres ou menos organizadas como primordial para a construção de uma política de superação das desigualdades nacionais. Propõe, para isto, que estas regiões se transformem em vanguardas de um novo modelo de desenvolvimento.

Há três regiões que carecem de projetos estruturantes: o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste. Somadas, representam quase metade da população e mais de 80% do território do país.

Nessa mesma direção, deve-se prover as regiões e microrregiões brasileiras com projetos voltados para aproveitamento de seus potenciais e oportunidades, o que vale também para o Sul/Sudeste, de modo a transformá-las em polos de vanguarda produtiva.

O Nordeste

Vivem no Nordeste cerca de 30% dos brasileiros. Hoje, a região está repleta de iniciativa empreendedora, social e cultural. Não obstante, ainda faltam à região diretrizes mais integradas ao planejamento nacional.

Trata-se de inverter a lógica de ações pontuais e simplistas, como as que ocupam as pessoas em empreendimentos de escala artesanal, por iniciativas perenes, base para a vanguarda de desenvolvimento que o PMDB propõe.

O PMDB sugere dois pontos de partida para o desenvolvimento do Nordeste: 1) manter o foco no semiárido, a parte preponderante da região, onde se instala hoje de metade de sua população; 2) instrumentalizar as duas maiores forças construtivas que atuam hoje no Nordeste: o empreendedorismo emergente, encarnado em redes de pequenas e médias empresas, sobretudo, no semiárido, estabelecendo as condições para que a atual inventividade tecnológica popular difusa se torne equipada e concentrada na construção do futuro.

Considerados esses pressupostos, o PMDB propõe para o Nordeste:

- ▶ Uma política industrial orientada para soerguer as pequenas e médias empresas, abrir-lhes o acesso ao crédito, à tecnologia, às práticas e aos conhecimentos avançados e, tão logo quanto possível, aos mercados globais;
- ▶ A constituição de agência de empreendimentos que coordene tal trabalho;
- ▶ A multiplicação de Zonas de Processamento de Exportações, transformadas em instrumentos desta política industrial;
- ▶ Solução efetiva para a questão da agricultura irrigada, significando menos a condução física da água e mais a definição do modelo

institucional que organize as relações entre os agentes públicos e privados, envolvendo os três níveis da Federação;

- ▶ A transformação da agricultura de sequeiro em agricultura tecnificada, por meio de uma estratégia que a reorganize e dê ênfase à comercialização dos produtos;
- ▶ Um choque de ciência e de tecnologia, com a definição em cada Estado nordestino de uma ação coordenada e no espírito do federalismo cooperativo e da associação entre o privado e o público, para assegurar o desenvolvimento, a adaptação e a transferência de tecnologia e que mobilize recursos hoje sub-aproveitados dos fundos setoriais;
- ▶ Disseminação do modelo de escola média que o PMDB preconiza para o país, a começar pela multiplicação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, garantindo a qualificação do professorado do ensino fundamental, organizado em carreira nacional, e o uso combinado do ensino presencial e do ensino à distância em todo o ciclo básico;
- ▶ Aprofundamento dos programas de transferência de renda às populações mais carentes, com a agregação de iniciativas de capacitação e de apoio social de maneira a preparar para a saída definitiva dessas populações da pobreza;
- ▶ Continuidade da integração física do Nordeste, inclusive por meio dos eixos ferroviários norte-sul e leste-oeste e da construção de portos adicionais, e também resgatando os numerosos municípios nordestinos do isolamento rodoviário em que ainda se encontram;

- ▶ Transformação da Sudene no órgão coordenador desta estratégia, investida de em função distinta da mera formulação de políticas, de um lado, e da simples supervisão de iniciativas pontuais, de outro.

A Amazônia

A Amazônia Legal recobre 61% do território brasileiro. O PMDB entende que a mudança ali já iniciada tem tudo para representar uma linha de frente na construção do modelo de desenvolvimento que o partido propõe para o país. Propõe que esta mudança seja revolucionária, voltada para construção de um desenvolvimento ao mesmo tempo sustentável e incluyente.

A base do projeto deve ser a reafirmação inequívoca da soberania nacional.

Por outro lado, o Brasil deve participar ativamente da organização de mercados mundiais de sequestro de carbono. A preservação, o desenvolvimento e a defesa da Amazônia são objetivos inseparáveis: não se alcançará qualquer um dos três sem honrar os outros dois.

Há duas Amazônias: a Amazônia da floresta e a do cerrado e dos campos naturais. Para ambas as Amazônias, qualquer progresso precisa fundamentar-se na regularização fundiária e na regularização ambiental.

Regularização fundiária significa tirar a Amazônia do caos fundiário em se que tem afundado por décadas. Por consequência, a pilhagem se torna mais atraente do que a preservação ou a produção. O importante é persistir naquilo que já se decidiu: facilitar a regularização rápida das posses pequenas e médias, inclusive dentro das reservas extrativistas, e expor os usurpadores de terras ao rigor da lei para que o governo federal consiga retomar as posses ilegítimas.

Regularização ambiental exige completar o zoneamento ecológico e econômico abrangente. E construir mecanismos que permitam às populações adaptar-se, sem prejuízo das atividades ambientalmente

seguras e sustentáveis. Daí a importância da viabilização de reservas compensatórias para substituir aquelas que não puderem se estabelecer nos lugares originalmente previstos.

Na Amazônia da floresta, o objetivo maior é criar condições para que a floresta conservada valha mais do que a floresta derrubada. E fazer com que as atividades ambientalmente saudias sejam também economicamente viáveis.

O soerguimento do extrativismo tem quatro componentes. O primeiro elemento é tecnológico: desenvolver e utilizar tecnologia apropriada à floresta tropical heterogênea. O segundo aspecto é técnico: organizar e remunerar os serviços ambientais avançados e prestar serviços de alta qualidade aos técnicos que trabalhem, dispersos, nesta vasta região. A terceira parte é econômica: incentivar, nas cidades e periferias urbanas da Amazônia, indústrias capazes de transformar produtos madeireiros e não madeireiros da floresta, agregando-lhes valor, para que o potencial industrial (reunido, por exemplo, na Zona Franca de Manaus) não se restrinja a linhas de produção sem qualquer vínculo com a selva em volta. O quarto componente é institucional e jurídico: criar regimes de propriedade e de gestão, inclusive de gestão comunitária da floresta, que ofereçam alternativa às concessões de amplas áreas florestais a grandes empresas.

Na Amazônia do cerrado e dos campos naturais, onde o compromisso de desenvolver preservando não deve ser menos zeloso do que na Amazônia da floresta, o ponto de partida é um projeto de recuperação, em grande escala, de pastagens degradadas. A prática da pecuária extensiva desordenada transformou grande parte do território, na Amazônia do cerrado assim como no Brasil como um todo, em pastagem degradada. Não basta mobilizar o dinheiro dos fundos constitucionais. É preciso também rever o marco regulatório e tributário para onerar a degradação e beneficiar a recuperação.

A pastagem degradada pode dar lugar a um novo paradigma de produção no cerrado, capaz de combinar lavouras perenes, pecuária intensiva, manejo floresta sustentável, piscicultura e produção direcionada aos agrocombustíveis. O resultado será permitir ampliação substancial, tanto da área cultivada como do produto agropecuário, sem desmatamento.

Em matéria de recursos humanos, urge trazer para a Amazônia o projeto educativo anteriormente apresentado nesta Proposta - inclusive a nova escola média, com fronteira aberta entre o ensino geral de orientação analítica e o ensino técnico que priorize capacitações práticas flexíveis e genéricas. É preciso também munir as instituições científicas da Amazônia de quadros e de meios. E atrair para elas parte da elite científica mundial. Completa-se esta obra com a definição de regime de propriedade intelectual que organize o acesso aos recursos da biodiversidade.

A Amazônia precisa superar seu isolamento: do resto do Brasil e do mundo, e, sobretudo, o isolamento de suas partes entre si. Permitir aos habitantes da região andar dentro da Amazônia não é apenas da conveniência deles - é do interesse estratégico do país. O que importa é fazê-lo de um modo que efetive o desenvolvimento sustentável e incluyente.

O PMDB constata que a Amazônia é o melhor lugar para iniciar a transição do Brasil para o transporte multimodal: com a projeção de hidrovias, a começar pela do Teles Pires-Tapajós, e de ferrovias, inclusive por iniciativa público-privada vinculada ao aproveitamento ambientalmente seguro dos recursos madeireiros e não madeireiros da região.

O equacionamento do problema da aviação regional, impossível na Amazônia sem alguma espécie de subsídio, direto ou indireto, estenderá o alcance desta transição logística. E as rodovias, relativizadas em sua importância pelo soerguimento do transporte não-rodoviário, devem ser

cercadas por periferias-parque que as impeçam de servir como focos de desmatamento periférico e progressivo da floresta.

De todas as iniciativas na área de transporte, a que renderá maiores benefícios para os seus habitantes é um projeto de estradas vicinais. Que deve ser financiado, executado e operado em regime de colaboração federativa. Aprofundado nos lugares onde haja a densidade, presente ou potencial, capaz de justificá-lo. E claramente contraposto aos caminhos clandestinos dos madeireiros ilegais.

O Centro-Oeste

A região prospera: é um dos terrenos em que o dinamismo brasileiro aparece em forma mais concentrada. Falta-lhe, contudo, uma estratégia capaz de evitar os descaminhos, moderar as desigualdades e assegurar um futuro de desenvolvimento sustentável e incluyente.

O PMDB propõe as seguintes diretrizes:

- ▶ Foco no vínculo entre diversificação da produção e democratização de oportunidades. É imprescindível atrair para o Centro-Oeste, graças a incentivos, as indústrias de transformação dos produtos agropecuários; hoje a transformação desses bens se opera comumente no Sudeste. Da diversificação da produção, estimulada pela industrialização rural, resultará maior igualdade de oportunidades para trabalhar e produzir. O que se defende é vida econômica e social rica e variada, que matize o contraste entre cidade e campo e que se assente em amplo espectro de escalas de propriedade e de formas de produção.

- ▶ Recuperação de pastagens degradadas, como ponto de partida para novo regime de produção, nos mesmos moldes do que antes se propôs para a Amazônia do cerrado. Os instrumentos são a

mobilização dos recursos dos fundos constitucionais e as mudanças tributárias e regulatórias que onerem a degradação e premiem a recuperação. O alvo é o convívio, inclusive em regime de rodízio, quando apropriado, de pecuária intensiva, lavoura perene, cultivo de peixes, manejo florestal sustentável e produção para os agrocombustíveis.

- ▶ Definição de um sistema de proteção ambiental, orientado pelo zoneamento ecológico e econômico, que se inspire nas experiências já exitosas na região para preservar o cerrado, hoje nosso meio-ambiente mais ameaçado.
- ▶ Integração logística do Centro-Oeste no resto do país e consequente diminuição do grande diferencial de custo de transporte que hoje onera a produção. A prioridade é a organização do escoamento dos cereais do Centro-Oeste rumo ao Norte (porto de Itaqui) por hidrovia e rodovia e rumo ao Sul (porto de Paranaguá) por ferrovia e rodovia.
- ▶ Política urbana que apoie o desenvolvimento planaltino de rede de cidades médias, com acesso a serviços de alta qualidade (hoje o Centro-Oeste continua a viver déficit agudo de tais serviços). A proliferação de cidades médias e a diversificação das linhas de produção transformarão o Centro-Oeste em sociedade complexa e criadora. A extensão Brasília-Goiânia, o terceiro maior complexo urbano do país, deve passar a servir como polo irradiador de serviços qualificados para toda a região e, sobretudo, para suas cidades médias.
- ▶ A organização da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) como o agente coordenador deste projeto, nos

moldes do que se propõe para a Sudene no Nordeste e para a Suframa na Amazônia.

15. A Reforma do Estado

O PMDB reconhece que o Estado para executar esta proposta precisa ser reconstruído em meio ao esforço para organizar o modelo de desenvolvimento que ora se propõe.

Que Estado queremos? Que Estado necessitamos? Um Estado intervencionista? Um Estado indutor do desenvolvimento?

Esta é uma questão recorrente na mesa do debate.

A resposta mais consensual aponta para a necessidade de um Estado que intervenha apenas nos espaços onde a iniciativa privada não seja capaz de estender as suas ações. Mas o Estado deve manter funções complementadoras e reguladoras da atividade econômica.

É falso o dilema entre escolher o Estado máximo e o Estado mínimo.

O PMDB propugna por um Estado que lidere, organize, financie e coordene a sociedade para que ela possa alcançar o seu pleno desenvolvimento em ambiente sustentável e justo.

A construção gradual de um Estado orientado nessa direção faz parte inerente da inauguração do modelo de desenvolvimento, baseado em democratização de oportunidades e de capacitações, que o PMDB propõe.

O coroamento deste esboço implicará a organização de uma prática de planejamento estratégico de longo prazo. O orçamento plurianual, em

vez de limitar-se a organizar o fluxo de receitas e de gastos no curso de vários anos, deve transformar-se na ponte entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico.

Não se trata do antigo planejamento autoritário, agora diluído. Trata-se de uma prática distinta e inovadora, marcada pela combinação de cinco atributos. O primeiro é combinar a demarcação de um rumo nacional com a definição de passos iniciais: o possível adjacente. O segundo é partir daquilo que já deu certo – das experiências setoriais ou locais exitosas que aparecem em todo lugar no Brasil – em vez de partir de dogmas. A terceira é reconstruir o federalismo brasileiro: substituir o federalismo tradicional, de repartição estanque de competências entre os três níveis da Federação, por um federalismo cooperativo, como instrumento privilegiado da implementação de políticas públicas. O quarto é substituir o processo decisório fechado que caracteriza nossa tradição administrativa, por processo decisório aberto, que engaje todas as instâncias do Estado e da sociedade, na definição das soluções. O quinto, facultado pelos outros quatro, é comprometer-se com a elaboração de um projeto que seja do Estado brasileiro, e não apenas do governo que esteja transitoriamente no poder.

16. A Reforma da Política

A contrapartida à democratização da economia é o aprofundamento da democracia. O pensamento do PMDB é que, na etapa atual da vida brasileira, a prioridade deve ser a de conseguir avanço decisivo na institucionalização da cultura republicana.

O PMDB entende que três conjuntos de medidas produziram, por meio de seu efeito combinado e cumulativo, este resgate da política.

A primeira série de ações tem que ver com o financiamento público das campanhas eleitorais. Ao lado das restrições ao financiamento privado,

ajudará a conter a influência política do dinheiro e assegurar que os governos não estejam no bolso dos endinheirados. Deve ser complementado por regras que limitem o requinte e o gasto na propaganda televisiva.

O segundo conjunto de reformas diz respeito ao processo orçamentário. Se o orçamento não pode ser inteiramente impositivo, dada a variabilidade da receita pública de um lado e os imprevistos da execução orçamentária de outro, precisa deixar de ser o palco de uma negociação interminável entre os interesses organizados e poderosos. Para isso, a parte impositiva do orçamento deve ser claramente diferenciada da parte variável e a variação sujeita a critérios definidos, de acordo com espírito da revisão do processo e do direito administrativo, antes preconizada.

O terceiro grupo de iniciativas incide sobre a organização do serviço público. O PMDB propõe que o Brasil avance rápida e decisivamente na organização das carreiras de Estado. A grande maioria dos cargos comissionados, de indicação política, deve ceder lugar a carreiras de Estado. Ao mesmo tempo, é preciso reafirmar o princípio da condução das políticas públicas pelos governos eleitos da república, nas pessoas do presidente, de seus ministros e dos colaboradores imediatos desses agentes políticos.

Tomadas as iniciativas capazes de enquadrar a influência política do dinheiro e de estancar as causas maiores da corrupção, deve o Brasil voltar os olhos para a reorganização do sistema eleitoral e partidário. O PMDB propõe um debate amplo e profundo sobre o tema.

17. A Defesa Nacional

O PMDB reconhece que, para desbravar o caminho demarcado na proposta do partido, o Brasil precisa reforçar a orientação da defesa nacional. Precisa poder dizer não quando tiver de dizer não. A tradição

pacífica do país, inigualável entre os países grandes da história moderna, não o exime desta responsabilidade.

O Brasil há de persistir no rumo descrito na Estratégia Nacional de Defesa e definido pelas seguintes diretrizes:

- ▶ Capacitações operacionais pautadas por um objetivo de flexibilidade radical e garantidoras do trinômio presença, mobilidade e vigilância;
- ▶ Unificação operacional e doutrinária, sob a égide do novo Estado-Maior de Defesa Conjunto;
- ▶ Complexo industrial de defesa, tanto privado como estatal, que assegure o vanguardismo e a independência nas tecnologias mais importantes, aproveite seu uso dual – militar e civil – e subordine toda parceria com governos e empresas estrangeiros em matéria de tecnologias de defesa à sua contribuição ao desenvolvimento de nossas capacidades autônomas;
- ▶ Consolidação do princípio republicano de liderança civil, acompanhada da valorização da carreira militar;
- ▶ Reafirmação do princípio do serviço militar obrigatório.

Grupo de Trabalho:

- 1. Michel Temer**
- 2. Delfim Netto**
- 3. Henrique Meirelles**
- 4. Nelson Jobim**
- 5. Mangabeira Unger**
- 6. Aníbal Teixeira**
- 7. Eliseu Padilha**
- 8. Moreira Franco**
- 9. Henrique Eduardo Alves (Líder na Câmara)**
- 10. Renan Calheiros (Líder no Senado)**

Contribuição:

- ◆ **Aníbal Teixeira**
- ◆ **Fundação Ulysses Guimarães (FUG) / Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) - elaborado por grupos de especialistas coordenados por Laura Passos Domingues**
- ◆ **Delfim Netto e Bernard Appy**
- ◆ **Mangabeira Unger**

Redação final: Gaudêncio Torquato

Coordenação: Moreira Franco e Eliseu Padilha